

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (1)

TOYNBEE (Arnold J.). — *Civilization on trial*. New York. Oxford University Press. 1948. 263 p.p.

Na série de ensaios reunidos por Toynbee em volume publicado sob o título "*Civilization on trial*" encontra-se exatamente o que se poderia chamar de "História viva", no sentido em que toda a História é aí invocada, utilizada para o esclarecimento de situações presentes, ou melhor, para que se possa tentar uma explicação de todo o grande problema do mundo contemporâneo. A própria data de 1947 em que foi composta a maioria de tais artigos (10, num total de 13), é bastante significativa, e o conteúdo desta maioria revela-nos a maneira viva pela qual o homem do presente aplica os seus profundos conhecimentos de história do passado, fazendo-nos sentir a absoluta necessidade deste acervo para que nos sintamos capazes de tratar de assuntos atuais; inversamente, é sugerida a inutilidade de tais conhecimentos, quando considerados por si mesmos, sem ligação com o momento em que vivemos. Daí a expressão "História viva", que julgamos poder aplicar ao sistema seguido na elaboração dos ensaios que ora constituem objeto de nossa apreciação. Tomemos, por exemplo, um dentre eles, em que é focalizada uma questão de interesse tão vital para nós, como seja a da oposição que se verifica hoje em dia entre o Ocidente e o Oriente; encontraremos aí o mundo bizantino e o conflito entre as Igrejas ortodoxa e romana servindo de apóio para a afirmativa de que "this has had a profound effect on Russia's own attitude towards the West, not only before the Revolution of 1917 but after it" (pág. 171). Esta maneira de proceder do A. encontra ainda uma base muito mais forte quando se tem a atenção chamada para o fato de que, na história humana, por mais que se recue no tempo, nunca o passado está suficientemente distante para que dele nos sintamos desligados. Na verdade, que são alguns milênios comparados com a antiguidade do homem, da vida sobre a Terra, ou do próprio planeta? — Nada mais que um "almost infinitesimally short time" (pág. 216). Esta consideração, indispensável para a tomada de perspectiva no tempo, parece constituir uma preocupação constante para Toynbee, como se conclui da frequência com que o historiador a ela se refere: em 5 dos 13 artigos somos advertidos deste fato, como que para dele não nos esqueçamos ao tratar-se do estudo, não só da História propriamente dita, mas mesmo de qualquer problema de nossos dias.

Um dos resultados da aplicação deste princípio é u'a maior facilidade para se compreender a História como um grande todo, cujas partes são sempre suscetíveis de comparações, de aproximações; isto, aliás, constitui um dos temas favoritos do A., como se vê claramente pela introdução ao seu "*Study of History*". Nos ensaios em questão pode-se, facilmente, notar certas etapas, através das quais tal noção torna-se cada vez mais ampla: a princípio, abran-

(1) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica.

gendo tôdas as regiões do moderno mundo Ocidental (págs. 49, 223), em seguida, o Oriente e o Ocidente atuais (págs. 88-89), depois, tôdas as civilizações que até hoje existiram ou existem (págs. 55, 159), e por fim, transbordando dos próprios limites terrenos, conforme se lê às págs. 249 e 260, esta última bem digna de transcrição: "While it is not true that man's social life and human relations in this world are merely a mean towards a personal spiritual end, the underlying truths are that in this world we do learn by suffering; life in this world is not an end in itself and by itself; that it is only a fragment (even if an authentic one) of some larger whole; and that, in this larger whole, the central and dominant (though not the only) feature in the soul's spiritual landscape is its relation to God."

Tal idéia, por sua vez — frizemos bastante — é essencial para a boa compreensão de Toynbee. Trata-se de um autor que crê em Deus e que traça o seu quadro partindo de um ponto de vista cristão, como bem faz notar Karl Jaspers em trabalho recentemente publicado ("Vom Ursprung ein Ziel der Geschichte", pág. 347). Em virtude disto sugeriríamos mesmo àqueles que ainda não leram "Civilization on trial" e que pretendem fazê-lo, que principiem a leitura pelo último artigo, "The meaning of History for the soul"; sabendo-se de antemão que o A. considera o mundo como uma província do Reino de Deus ("one province only, and not the most important one" (pág. 263), compreender-se-ão de maneira muito mais clara certas asserções que, à primeira vista poderiam oferecer margem a dúvidas.

Outros pontos que merecem ainda destaque no livro em questão dizem respeito ao papel da religião na História e ao próprio método de trabalho nesta disciplina.

O elemento religioso, em geral, é da mais alta importância, bastando que se diga que o A. expressa a opinião segundo a qual a própria grande crise que ora atravessamos pode ser resolvida, não pelo poderio material de orientais ou de ocidentais, mas por recursos de caráter religioso: "Our cue may still be given us by the message of Christianity and the other higher religions, and the saving words and deeds may come from unexpected quarters" (pág. 28). Esta mesma idéia surge ainda em outras passagens, como por exemplo à pág. 91, em palavras que passamos a transcrever e que dizem respeito ao moderno mundo ocidental: "The most obvious ingredient in it is technology, and man cannot live by technology alone. In the fullness of time, when the oecumenical house of many mansions stands firmly on its own foundations and the temporary Western technological scaffolding falls away — as I have no doubt that it will — I believe it will become manifest that the foundation are firm at last because they have been carried down to the bedrock of religion." A sobrevivência da religião em caso de ser uma civilização atingida por uma grande catástrofe é tratada no ensaio intitulado "Christianity and Civilization", um dos mais interessantes do volume, em que o A. combate a afirmativa de Sir J.-G. Frazer, para o qual o Cristianismo teria sido uma das grandes causas da queda do Império Romano. Aliás, seja-nos permitido dizer que, na sua argumentação, Toynbee pode ser acusado de incorrer num excesso de lógica e de querer aplicar tal lógica aos cristãos da época imperial, uma vez que, ao combater a tese do egoísmo de tais cristãos, assim se expressa: "Seeking God is itself a social act. And if God's love has gone into action in this world in the Redemption of mankind by Christ, then man's efforts to make himself liker to God must include efforts to follow Christ's example in sacrificing himself for the redemption of his fellow men. Seeking and following God in this way, that is God's way, is the only true way for a human soul on Earth, to seek salvation. The antithesis between trying to save one's own soul by seeking and following God and trying to do one's duty to one's neighbour is therefore wholly false. The two activities are indissoluble. The human soul that is truly seeking to save itself is as fully social a being as the ant-like Spartan or the bee-like Communist. Only, the Christian soul on Earth is a member of a very different society

from Sparta or Leviathan. He is a citizen of the Kingdom of God, and therefore his paramount and all-embracing aim is to attain the highest degree of communion with, and likeness to, God himself; his relations with his fellow men are consequences of, and corollaries to, his relations with God; his way of loving his neighbour as himself will be to try to help his neighbour to win what he is seeking for himself — that is, to come into closer communion with God and to become more godlike" (págs. 246-247). Na realidade, tudo isto é muito claro. Mas, sem quereremos nos colocar ao lado de Frazer, achamos justa uma pergunta a Toynbee: raciocinariam aquêles cristãos dos primeiros séculos, impressionados com a iminência do fim do mundo e preocupados acima de tudo com a própria salvação, com a mesma frieza lógica de um historiador-filósofo do século XX?

Quanto ao método, naturalmente, o que há são pequenas passagens relativas a princípios que foram fartamente aplicados no "Study of History" e que conduzem sempre à conclusão — que nos parece totalmente incontestável — da impossibilidade de se poder fazer história nacional (qualquer que seja ela), dentro de estreitos limites de espaço e tempo. E é ainda nesta base que se apoia o A. para enunciar o que constitui a verdadeira missão do historiador no mundo atual: "History... makes, I feel, the following call upon historians of our generation and of the generations that will come after ours. If we are to perform the full service that we have the power to perform for our fellow human beings — the important service of helping them to find their bearings in a unified world — we must make the necessary effort of imagination; and effort of will to break our way out of the prison walls of the local and short-lived histories of our own countries and our own cultures, and we must accustom ourselves to taking a synoptic view of history as a whole" (págs. 158-159). E o preenchimento desta missão é tanto mais urgente quanto "Personally, I do not believe that this antediluvian Western traditional historical outlook is going to last much longer. I have no doubt that a re-orientation is in store for us in our turn, and in our case, I fancy, it will be one in the literal meaning of world" (pág. 63).

PEDRO MOACYR CAMPOS.

BOUTON (André). — *Les voies antiques: les grands chemins médiévaux et les routes royales du Haut-Maine, Département de la Sarthe*. Le Mans, Imprimerie M. Vिलाire, 1947. 228 p., 13 grav. e 2 cartas.

Neste volume estuda o A. os caminhos antigos de uma pequena região da França — o Departamento de Sarthe — tendo como centro a cidade de Le Mans. Desnecessário insistir na importância e no interesse de estudos dessa natureza para a compreensão dos fatos históricos e econômicos dum país. O A. é da região estudada, conhece-a bem, percorreu quase todos os caminhos estudados e, ao contrário do que ele próprio imaginou, não lhe escassearam os documentos para a elaboração de seu trabalho. Serviu-se de tudo quanto lhe puderam fornecer a toponímia, a cartografia, a arqueologia, a epigrafia: mapas antigos, tábuas, itinerários, desenhos, relatos de viagem, reproduzindo no seu livro diversas fotografias, principalmente de mapas e de desenhos constantes de vitrais e de baixos relevos. Aos historiadores brasileiros que, direta ou indiretamente, têm se interessado pelo estudo das vias de comunicação, um ligeiro contacto com a obra de André Bouton não faz senão contrastar as condições que o estudo desse tema oferece num país novo como o nosso, onde as estradas mais antigas não remontam além do século XVI, com um país de civilização milenar como a França. A abun-

dância de documentação que existe sobre a rede de caminhos antigos que converge para Le Mans, contrastada, com a carência de documentos que existe, por exemplo, sobre o caminho do mar ou os caminhos para as zonas de mineração...

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

BRESSOLLES (Monsenhor). — "Doctrines et action politique d'Agobard.
I — Saint Agobard, évêque de Lyon (769-840). Librairie Philosophique J. Vrin. Paris. 1949, 134 páginas.

Basta nos interessarmos por algum tema de estudo relativo aos primeiros séculos da Idade Média para que verifiquemos imediatamente uma série de dificuldades, não só no tocante às próprias fontes, mas também no que diz respeito à bibliografia especializada. De fato, compreende-se que épocas como a das Cruzadas e a do fim da Idade Média apresentem muito maior atrativo aos olhos dos estudiosos do que os séculos VI, VII, VIII ou IX, em que mesmo as mais decisivas e afamadas personalidades não nos são acessíveis senão sob certos portos de vista. Apenas para destacar dois exemplos, dentre a multiplicidade de casos semelhantes, lembremos Clovis, cuja "psicologia é e permanecerá sempre desconhecida", e o próprio fundador do Império Franco, a respeito do qual, há poucos anos, podia ainda Calmette dizer que, "por mais estranha que possa parecer a asserção, não há livro verdadeiramente satisfatório sobre a história de Carlos Magno." Se tal se verifica com personagens desta envergadura, que dizer, então, dos outros que, mesmo desempenhando papéis de relêvo na sua época, não dispuseram de posições que lhes permitissem surgir em toda a evidência aos olhos da posteridade? — Que dizer, por exemplo, de Ebroino, Wala, Gottschalk, Hincmar e tantos outros?

Daí decorre, naturalmente, o significado dos estudos a respeito de personalidades dos primeiros séculos medievais, estudos áridos — sem dúvida — de leitura nem sempre agradável, mas de grande importância por darem uma contribuição ao conhecimento dos próprios fundamentos sobre os quais edificou-se a brilhante Idade Média dos séculos XII e seguintes. E entre tais estudos incluí-se a recente publicação feita em Paris pela Librairie Philosophique J. Vrin, intitulada "Saint Agobard, évêque de Lyon", de autoria de Mgr. Bressolles; trata-se apenas do primeiro volume de uma série de três que fazem parte da coleção que, sob a direção de H. X. Arquillière, é dedicada às relações entre o Estado e a Igreja na Idade Média.

Já pelas primeiras páginas conquista o A. a nossa simpatia, uma vez que procura situar a sua personagem no tempo, mostrando como foi ela tratada pelos historiadores, do século XVII aos nossos dias, mostrando-nos diversos Agobardos, variando conforme as condições da época, porque: "les historiens appartiennent eux-mêmes à l'Histoire. Ils sont de leur temps; ils en partagent les idées, les préjugés, les passions quelquefois... Nous ne rencontrons, en réalité, que des jugements d'historiens" (p. 12). E, por isso, vemos um Agobardo faccioso e sedicioso no século XVII, outro, penitente, no século XVIII, e um terceiro, no século XIX, encarado sob o prisma das idéias então dominantes de liberdade, soberania popular e laicização. Mgr. Bressolles propõe-se, então, reconstituir o seu Agobardo, baseando-se para isto no estudo das idéias do bispo de Lião, às quais não foi concedida ainda toda a atenção que merecem. O objetivismo e a imparcialidade invocados são de molde a tranquilizar o leitor: "Nous n'entreprenons pas une apologie. Nous nous penchons, à notre tour, sur les pièces d'un vieux procès dont nous

avons dit l'intérêt très général avec l'espoir, non pas de rallier tous les juges autour d'un nouvel arrêt mieux motivé, mais seulement d'éclairer un peu plus les considérants de tout jugement futur" (p. 25). E, na realidade, tal é a linha que dá a orientação mestra ao trabalho, que revela, acima de tudo, grande preocupação com as fontes para o estudo em questão; pôde-se mesmo dizer que, se de alguma cousa o A. se ressentente, é de uma excessiva dependência em relação aos próprios textos de Agobardo, o que reduz de muito a fluência da exposição.

No capítulo II encontramos discriminadas as obras do bispo de Lião, bem como indicações referentes aos manuscritos, edições e outras fontes que, aliás, não são "très nombreuses ni très abondantes" (pág. 43). Passa-se, a seguir, à figura de Agobardo, sua origem, sobre a qual pairam dúvidas, oscilando os autores entre a Gália e a Espanha — esta aceita por Mgr. Bressoles —, à data de seu nascimento (769) e do seu estabelecimento em Lião. Algumas considerações a respeito da cidade, de sua posição, das vicissitudes que sofreu diante dos sarracenos e de sua reconstrução pelos bispos Maubert, Ado e — principalmente — Leydrade, fornecem-nos alguns dados relativos ao ambiente encontrado pelo sacerdote, ambiente este que favorecia consideravelmente o seu desenvolvimento cultural, como se vê: "Sous l'impulsion de Leydrade, Lyon redevint ce quel'était avant l'invasion Sarrazine, un foyer de haute-culture. L'étude des livres Saints constitue l'objet principal, mais non pas unique, des travaux de l'École; à cette époque, la science de l'Écriture qui était essentiellement la théologie récapitulait tout le savoir humain y compris même la poésie" (p. 54).

Depois de tratar dos títulos e dignidades do bispo e de dar um quadro cronológico de sua carreira episcopal e uma lista detalhada de suas obras literárias (que melhor ficariam num apêndice), o A. inicia então o estudo das controvérsias teológicas em que Agobardo participou, não sem antes justificar o grande interesse de tais controvérsias para a reconstrução histórica da época, uma vez que "les écrits sortis de sa plume ont tous quelque chose de commun: c'est d'être inspirés par les circonstances et de répondre à des préoccupations pratiques" (p. 66).

No combate ao adocianismo de Felix de Urgel está o início da carreira de Agobardo como teólogo, defensor acérrimo dos princípios da Igreja de Roma. As numerosas controvérsias do seu tempo, entretanto, dificultavam enormemente a manutenção de pontos de vista sempre inatacáveis pela própria Igreja, e mesmo o bispo de Lião teve sua ortodoxia posta em dúvida a propósito do problema do culto das imagens, de grande importância para a Europa Ocidental, em que populações apenas saídas do paganismo podiam facilmente encontrar nas imagens base suficiente para manter suas antigas crenças sob uma aparência de Cristianismo. Outra excelente oportunidade para a exibição de dotes dialéticos em matéria de Teologia surgiu com as objeções a Fredegiso, sucessor de Alcuino em St. Martin de Tours e que gozava de excelente reputação entre seus contemporâneos.

O homem consciente de suas opiniões, que era Agobardo, manifestou-se ainda em vários outros setores. 1. — No campo das polémicas litúrgicas, contra seu adversário pessoal, Amalário, com o objetivo de afastar do officio divino todas as composições de invenção recente. 2. — No ataque às superstições da época, o que o levou a combater certas práticas geralmente aceitas, como os ordálios — que a própria Igreja procurava cristianizar — e até mesmo o princípio da personalidade das leis, então dominante. Tal atitude é que permite ao A. dizer que "Agobard était trop en avance sur son siècle" (p. 94). 3. — Na luta contra a influência então exercida pelos judeus, à qual foram dedicados cinco obras. Percebe-se claramente, através desta campanha, o papel de relêvo desempenhado pelos israelitas no Império, dominando o próprio Imperador Luiz-o-Pio, e acreditamos não haver dificuldade

em admitir-se que tal fato pode ter influido na posição mais tarde assumida por Agobardo, a favor dos filhos de Luiz.

Como bispo propriamente dito, dedicado aos seus fiéis, escreveu ele ainda alguns trabalhos classificados como "obras pastorais", em que "nous le voyons, une fois de plus, avant tout préoccupé de doctrine. Il s'efforce d'inculquer le dogme dans ce qu'il a de plus essentiel, de plus élevé, mais aussi de plus difficile: la Trinité, l'Incarnation, la Rédemption, l'unité du corps mystique" (p. 126).

Deixando de lado as obras políticas e poéticas do bispo de Lião, o A. passa a traçar um quadro de sua personalidade, em que distingue um grande traço essencial: "Comme un bon soldat du Christ il s'engage partout où l'appelle la cause du Chef auquel il s'est voué. Sa vie est simple et très une: il sert le Christ qui est pour lui toute vérité, tout bien, toute justice. Il le sert comme il l'aime, de tout son coeur, de toute son âme, de toutes ses forces et il y a dans sa manière de se porter à l'action quelque chose de si franc, de si généreux qu'il a plus d'une foi gagné la sympathie de ses adversaires eux-mêmes" (p. 133).

Assim, levando-nos às fontes, com as quais revela perfeita familiaridade, auxilia-nos o A. a formar uma idéia do homem que tanta importância teve nos acontecimentos de 830-834 no Império Franco. Equivale, portanto este primeiro volume, a uma excelente introdução ao desenvolvimento do tema escolhido por Mgr. Bressolles: a atividade política de Agobardo, Santo de Lião.

PEDRO MOACYR CAMPOS

FEBVRE (Lucien).. — *Un Destin. Martin Luther*, Presses Universitaires de France, Paris. 2.^a edição. 1945.

Sob esse título, o Prof. Lucien Febvre, do Colégio de França, e que há pouco visitou o Brasil, pronunciando admiráveis conferências, escreveu magnífico estudo, que projeta nova luz sobre muitos pontos da Reforma e sobre o caráter multiforme de Lutero: Baseados na última edição dessa obra faremos breves considerações.

Saliente-se, primeiramente, que esse brilhante estudo foi feito com rigorosa imparcialidade por um historiador que, além de se distinguir em seu campo de estudo, revela preocupação pelos temas espirituais e religiosos, embora não seja filiado a qualquer igreja cristã.

Inicia o Prof. Febvre seu magnífico estudo, destruindo a tese superficial, destituída de fundamento, de que Lutero foi um devasso e bêbado. Lançada por Denifle na Europa, tem essa tese servido a propósitos sectários, especialmente no Brasil, pois na Europa até católicos, como o eminente jesuíta Grisar, contribuíram para destruir aquela acusação contra o grande reformador. "O prudente jesuíta Herman Grisar" — diz Lucien Febvre — "completou a obra de demolição (da tese), de Denifle."

Um segundo ponto abordado pelo ilustre historiador merece análise. Prova ele, ao contrário do que geralmente se costuma afirmar, especialmente no Brasil, que a Reforma não foi propriamente determinada pelas "indulgências" ou pela questão teológica — a da justificação pela fé. Demonstra ele, com fatos, que o eleitor Frederico também vendia reliquias e permitia outros abusos sem que Lutero se manifestasse em contrário. Superficial, portanto, a tese, bastante difundida, de que a Reforma foi originada em virtude da decadência em que se achava a Igreja. O problema é muito mais profundo, como o percebeu admiravelmente o Prof. Febvre.

A questão doutrinária também não foi fundamental na Reforma. Basta citar o fato de que Girolano Leripando, em pleno Concílio de Trento, professou opiniões semelhantes às de Lutero, mas a Igreja não só as suportou como elevou o teólogo a cardeal em 1563. Daí se vê que a doutrina da justificação pela fé não foi a causa da Reforma. Aliás, é preciso salientar que a doutrina, pregada por pensadores católicos progressistas, como Jacques Maritain e Karl Adam, se aproxima bastante da pregada pelos pensadores protestantes, especialmente os menos conservadores.

Por outro lado, Lutero jamais desejou fundar "novas" igrejas, como pensam católicos, em espírito de crítica, e protestantes que, por compreenderem mal a filosofia protestante "personalista" [(pregada aliás por Maritain, (católico) e Berdiaef (ortodoxo)] confundindo-a com o individualismo", apoiaram a divisão das igrejas. "Lutero" — diz o eminente professor — "não queria "fundar" uma igreja, não queria sair de Roma. Mas foi excomungado, devido a questões políticas e não doutrinárias". O que impressionou a igreja organizada não foi a crítica aos abusos, nem a pregação de uma nova doutrina. Foi a pregação de um conceito revolucionário de fé — um conceito dinâmico. A religião não deveria ser um aparato intelectual, doutrinário; não consistiria em práticas exteriores, mas numa vida interior, profunda. É desta vida surgiram naturalmente as "boas obras". A fé, portanto, para o protestantismo, não é adesão intelectual a um credo, ou a um dogma, nem a aceitação de uma doutrina. Isto seria a "crença", distinção que já se encontra em Lutero e é mais clara no pensamento protestante moderno. A confusão sobre este ponto tem determinado malentendidos entre católicos e protestantes, tendo estes, às vezes, exagerado o valor da "crença" e tendo aqueles caído no exagero oposto de pensar que pode haver "boas obras" independentemente da "atitude" interior. Entretanto, conforme se afirmou dessa posição extremada se está libertando o catolicismo liberal de Maritain e Karl Adam.

"Lutero, portanto", diz o Prof. Febvre, "não é o reformador dos abusos, não é o introdutor de uma nova doutrina ou de uma religião dogmática. Sua obra constitui em trasladar a religião do âmbito doutrinário, especulativo, dogmático, para o âmbito da vida — vida interior, vida profunda. Lutero foi, sim, um revolucionário, mas um revolucionário da vida religiosa, da qual foi um verdadeiro gênio. A "descoberta" de Lutero não é uma descoberta intelectual, doutrinária, é a descoberta de uma nova "atitude" para com Deus, de um novo tipo de religião. "A descoberta de Lutero" — diz Febvre — "consistiu no seguinte: o homem não deve querer agir pela vontade, deve deixar simplesmente que uma vontade sobrenatural aja nele. O pecador que se desespera completamente de si e de suas obras deve refugiar-se "sob as asas da galinha" (Op. cit. pág. 41). Eis a "revolução total" de Lutero, que é de uma audácia singular. Nas relações entre o homem e Deus, nada há mais de "jurídico", de legalístico, de aparato intelectual. "Tudo é amor. Opunha êle a letra, ao espírito." Reivindicava a liberdade de "designar pelo seu verdadeiro nome toda limitação do pensamento religioso, ainda que se encontrasse na própria Bíblia" (pág. 186).

Não se desconhece que antes de Lutero e mesmo hoje possa haver profunda vida interior no seio do catolicismo. Entretanto, o protestantismo fez dessa experiência íntima sua própria essência e sua filosofia. Daí ser mais "existencialista" do que o catolicismo. Por outro lado, é, na essência, menos dogmático, por confiar menos no poder da razão. Poder-se-ia, portanto, caracterizar como "religião de humildade" (Bertrand), inclusive no terreno intelectual, ou como "religião de liberdade" em contraposição a uma "religião de autoridade" (Sabatier). Não se conclua, porém, que inexistia humildade no catolicismo e seja o protestantismo livre do dogmatismo. Cumpre reconhecer que a chamada "escolástica protestante" tem sido mais estreita do que a católica. Mas, na essência, o protestantismo, não é dogmático.

Finalmente: conclui o eminente historiador afirmando que Lutero, apenas por acidente, deu origem a "seitas", e ao poder dos príncipes, pontos da Reforma severamente criticados pelos católicos até há pouco tempo. Hoje em dia, porém, há uma corrente do catolismo que afirma que a Igreja deveria ter "absorvido" a contribuição de Lutero, integrando-a no ideal da catolicidade. A esse propósito, publicou recentemente a magnífica revista católica — *Vie Intellectuelle* — interessante artigo sobre Lutero e o Luteranismo, que reflete a nova orientação daquela corrente de renovação, intelectual e religiosa, em face do problema da Reforma.

Merece, pois, ser amplamente divulgado o magnífico estudo do Prof. Lucien Febvre. Talvez não agrade a certos protestantes nem a certos católicos, uns porque prefeririam Lutero menos "humano" e mais dogmático e outros por não quererem reconhecer que sua igreja também foi culpada da cisão da cristandade. Para muitos, porém, adeptos de qualquer confissão cristã, ou mesmo não religiosos, mas preocupados pelo problema espiritual, ou ao menos pelos problemas humanos, o livro de Lucien Febvre revelará a grandeza de um homem, quando ele segue o seu "destino", isto é sua vocação. Só por este motivo se recomendaria o livro, como importante contribuição para o melhor conhecimento do homem e de suas potencialidades morais.

JOAO DEL NERO.

FRAU (Salvador Canals). — *Prehistória de América*. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, s/d. (1950), 588 pp.

O problema da fixação das origens do homem americano é daqueles que ainda hoje geram debates e suscitam controvérsias. Dois grandes grupos — o da unicidade de povoadores e o de pluralidade das correntes povoadoras — disputam as preferências dos estudiosos do assunto. Hrdlická, à frente dos primeiros, e Paul Rivet, comandando os segundos, são os eminentes líderes desses grupos doutrinários.

Um ponto parece ser reconhecido pelas duas grandes correntes: a origem asiática ou mongolóide do indígena americano. Se para os seguidores de Hrdlická teria sido esta a única fonte de origem do homem americano, os que acompanham os pluri-povoadores aceitam o asiático como um dos elementos povoadores; para Rivet, além desse elemento asiático, participaram ainda da formação do indígena de nosso continente um elemento australiano, outro malaio-polinésio e outro esquimó.

Contribuição verdadeiramente importante para o estudo de tão discutido problema, nos oferece agora o professor Salvador Canals Frau com seu livro "*Prehistória de América*". Baseado no que denomina realidades paleográficas, antropológicas, etnográficas e lingüísticas, o professor Canals Frau, fixando-se como Rivet em quatro correntes de povoadores, estabelece os característicos somáticos e culturais dos respectivos grupos, a saber: 1) dolicoéides primitivos de cultura inferior, de procedência asiática, chegados à América no Paleolítico superior, através da região de Behring; 2) canoeiros mesolíticos, que entraram no continente nos começos do Mesolítico, utilizando frágeis canoas, através do arquipélago das Aleutas, e estabelecendo-se nas costas americanas do Pacífico; 3) braquióides de cultura média, portadores dos traços cultural e somático do Neolítico, procedentes do sudeste da Ásia, ou mais particularmente da Indonésia, que, ingressando por via marítima, alcançaram a América Central; 4) polinésios de alta cultura, procedentes da Polinésia, que, chegando à costa ocidental do continente, se estabeleceram na região andina, onde criaram os grandes centros de alta cultura com sociedades estratificadas, encontrados pelos descobridores e

colonizadores ibéricos. Como se verifica, o Autor caracteriza cada uma das correntes por seus traços somáticos e culturais.

O terceiro grupo citado é de particular interesse para o Brasil, pois dele procedem — opina o prof. Fraü — os indígenas que se espalharam em nosso território e aqui foram encontrados pelos descobridores. Os grandes grupos lingüísticos Caribe ou Caraiba, Aruaque e Tupi-Guarani originaram-se dos grupos braquióides de cultura média, que, em sua expansão territorial e pela exogamia praticada, se mesclaram com grupos dolicoídes de anterior penetração, resultando daí tipos dolicoídes entre as populações de origem braquióide.

O prof. Canals Fraü estuda, em suas minúcias, os característicos somáticos e os traços de cultura de cada um desses grupos, particularizando os aspectos com que contribuíram para a formação dos diversos povos ou famílias de indígenas americanos. Servindo-se de excelente documentação e de bibliografia autorizada, o Autor mostra ainda como, dos contactos transculturativos entre os diversos grupos de povoadores pre-históricos, surgiram formas culturais novas; tais formas é que vieram constituir-se ou apresentar-se como os traços culturais dos indígenas americanos ou, em particular, dos indígenas brasileiros encontrados pelos descobridores.

"Prehistória de América" é livro que oferece fartas sugestões para estudo através dos problemas que suscita e dos assuntos que indica. Uma dessas sugestões, por exemplo, é a que diz respeito à conceituação ou caracterização do campo de estudos das ciências do homem. Ao contrário de doutrina-dores também modernos, sobretudo os americanos, que dão à Antropologia o caráter de ciência que estuda integralmente o homem, com suas divisões em Antropologia Física e Antropologia Social ou Cultural, o professor Canals Fraü prefere considerar como tal a Etnologia. A Etnologia denomina de "estudo integral dos povos, a história total da humanidade", compreendendo três ramos específicos: a Antropologia, que trata do estudo físico, biológico ou somático da humanidade, a Etnografia, que estuda a cultura dos grupos humanos, e a Linguística, que trata da glotologia ou do estudo da língua dos grupos humanos. Verifica-se enquadrar-se no campo da Etnologia o estudo da raça, da cultura e da língua, representado pela Antropologia, pela Etnografia e pela Linguística.

Esta conceituação vem alterar o conceito tradicional da Etnografia, por exemplo — que, aliás, me parece realmente já superado — encarada apenas como descrição de povos primitivos ou naturais; passa a Etnografia a estudar, em todas as suas fases e de todos os povos e em todos os tempos, as manifestações culturais, restaurando-se à Antropologia seu conceito inicial, de ciência do estudo dos caracteres físicos ou somáticos do homem.

De qualquer forma, o que merece salientar-se em tudo isto é a importância dessa caracterização de campos de atividade, em benefício dos estudos históricos. Realmente, o interesse que a Etnologia oferece para o estudo da História é hoje fundamental. Deixando esta, a História, de ser mero desfile de datas ou de nomes, ou de número de soldados ou de cavalos que participaram de uma batalha, passa a ter na Etnologia uma de suas auxiliares mais poderosas, um dos elementos de contribuição mais valiosa para o esclarecimento de fenômenos históricos, situando-os devidamente, em seus traços reais, nos quadros da vida humana, que é a própria História.

possibilitando examinar-se e discutir-se tais conceitos, o livro do prof. Canals Fraü dá provas de sua importância geral, portanto, e não restrita ao estudo dos origens do homem americano, que procura fixar com elucidação dos característicos físicos e culturais dos grupos pre-históricos. Nesse sentido, aliás, salienta-se que se trata de contribuição realmente notável, digna de ser estudada e discutida.

PEREYRA (Carlos). — *Breve historia de America*. Tercera edicion. México, Aguilar (1949). 644 p.

O nome de Carlos Pereyra impôs-se no consenso unânime dos estudiosos como o de uma das maiores autoridades em história americana, principalmente da América Espanhola. Nascido no México em 1871 e falecido na Espanha em 1942, afora algumas incursões no terreno da diplomacia, dedicou-se sempre à historiografia, deixando, entre outras, as seguintes obras: "Bolívar y Washington, um paralelo impossível" (1915), "Lopez y la guerra del Paraguay" (1919), "La conquista de las rutas oceánicas" (1929), "La obra de España en América". Sua obra máxima, entretanto é a "Historia de la América Española", em 6 volumes, publicada em 1920 e que se tornou clássica, talvez a maior obra de conjunto que sobre o assunto se escreveu até hoje. Dêste seu trabalho, extraiu uma síntese, em um volume, ao qual acrescentou capítulos sobre as áreas não hispânicas do continente americano, volume este de que conhecemos a terceira edição, publicada em 1949 (México, Aguilar, 644p.). Não há no volume nenhuma referência à data da primeira edição, que parece ser dos últimos anos de vida do historiador.

Desnecessário é salientar o interesse que para os estudantes em geral pode oferecer um trabalho dessa natureza, em que não se arroleem apenas os fatos de ordem política ou administrativa, mas, ao contrário, apresente-nos uma história da **civilização** americana. Ninguém mais indicado para empresa de tamanha responsabilidade do que o sr. Carlos Pereyra. Depois da análise, a síntese. Depois de uma obra de fôlego, como a sua grande "Historia de la América Española", uma "Breve historia", não apenas da América Espanhola, mas com páginas dedicadas ao Brasil, aos Estados- Unidos e ao Canadá, que o sr. Carlos Pereyra sempre ignorou.

Imensa a satisfação para todos nós em ver a história brasileira tratada por um historiador hispano-americano, num livro editado na América Espanhola. A argúcia, a clarividência, o bom senso sempre demonstrado pelo historiador mexicano aplicados numa apreciação da história brasileira! Quanto isto poderia contribuir para divulgar entre os povos de língua espanhola uma noção verdadeira da evolução histórica de nosso país! Infelizmente não correspondeu à realidade a nossa expectativa. O intérprete sagaz da civilização hispano-americana nem de longe aparece nos capítulos dedicados ao Brasil, onde não fez coisa senão repisar — e nem sempre de maneira exata — aquilo que mil e um compêndios vêm há muito repetindo. Apenas uma vez quis o sr. Carlos Pereyra ser pessoal e nesta mesma, conforme veremos, longe esteve de traduzir a verdade.

Em que pese o respeito que merece a memória do ilustre historiador mexicano, não podemos deixar sem réparos a sua "Breve historia de America" na parte referente ao Brasil. Se em nada poderão afetar a obra em apêço, federão ao menos servir de advertência a outros autores, ou editores para que tomem mais cuidado ao escrever ou editar sobre assunto de tanta responsabilidade, evitando passar para o papel levandades e absurdos que apenas comprometem a cultura e a honestidade de autores muitas vezes de tanto renome e de tão larga projeção.

Ou por ter sido mal informado, ou por levandade, foi longe demais o sr. Carlos Pereyra ao interpretar certos fatos da história brasileira. Aliás, já há muito alguém nos chamou a atenção para as suas raras incursões pela história de nosso país, levando-nos a ler o que, a propósito, escreveu o sr. Gustavo Barroso em seu livro "O Brasil em face do Prata": "O brilho estilístico e a cultura fora do comum do escritor mexicano Carlos Pereyra não o absolvem de suas levandades como historiador. Nunca houve quem joguetasse mais com as palavras em assuntos de natureza muito séria, atirando à face de seus leitores afirmações rápidas e sintéticas, que à primeira vista impressionam". Tais conceitos escritos à propósito de um livro sobre a guerra

do Paraguai, assunto em que os pontos de vista dos autores hispano-americanos não são os mesmos dos autores brasileiros, fizeram-nos supôr, de início, apenas uma preocupação de polêmica patriótica, em que o escritor cearense não teria sido muito justo para como Sr. Carlos Pereyra.

A leitura dos capítulos sôbre o Brasil do livro em aprêço, fez-nos mudar de opinião quanto à restrição que então fizemos ao sr. Gustavo Barroso. O que se refere ao período colonial saiu-lhe mais ou menos, baseando em tantos compêndios que por aí andam a "contar a história" desse período. Insiste na preocupação de imperialismo brasileiro, não fugindo à norma geral entre os historiadores hispano-americanos, a qual encontra defensores mesmo entre os nossos patricios. Onde, porém, chega a disparatar os fatos é na parte referente à República, o que tanto é mais grave por se tratar de período vivido pelo autor.

Enumera todos os presidentes republicanos até 1930, enganando-se apenas no que se refere à substituição de Deodoro que "exerció el poder hasta que murió sin terminar su periodo el 23 de noviembre de 1891" (p. 449). Onde a revolta da armada e o movimento revolucionário que depôs o proclamador? Todavia, ao descrever a revolução de 1930 foi que sua imaginação (ou leviandade?) mais trabalhou. Transcrevamos: "El Dr. Washington Luiz pudo haber terminado pacíficamente su periodo, a pesar de la baja del café. Pero el mismo decretó su ostracismo por haber burlado las reglas del juego electoral. Era ley, no escrita, que a un presidente de São Paulo le sucediese otro de Rio Grande do Sul. Los dieciocho Estados restantes aceptaban esta alternabilidad. Washington Luiz, de São Paulo, debía dejar el puesto al Dr. Getúlio Vargas, de Rio Grande do Sul. Pero Washington Luiz apoyó la candidatura del Dr. Julio Prestes, y el candidato oficial obtuvo una gran mayoría. La de Vargas en Rio Grande do Sul fué arrolladora. Minas Geraes y otros Estados le apoyaban. Al iniciarse el levantamiento en Rio Grande do Sul, el 3 de octubre, lo secundaron Pernambuco, Rio Grande do Norte, Goyaz, Paraná, Matto Grosso, Minas Geraes y casi todos los demás" (p. 449-450).

A 23 de outubro, revoltou-se a guarnição do Rio, sendo o presidente deposto e detido no Forte de Copacabana. Muito bem. Qual, entretanto, o caráter que assumiu a revolução de 30 aos olhos do historiador mexicano? Vale por uma página de alta comicidade. "El más importante de los hechos de armas, que se llamó batalla de Itararé é notable por no haber habido tal batalla, según los escépticos. La presidencia era lo de menos. El levantamiento nacional se hizo contra las pretenciones absorbentes de São Paulo, que representaba el extranjerismo agudo". Enfim, imperialismo paulista é o que vê o sr. Carlos Pereyra. Para prová-lo, repete o "slogan" da locomotiva tirando vinte vagões vazios e descreve a que, a seu ver, dava real importância a S. Paulo: "metropoli de una colonia" onde havia indústria e outros centros de cultura. Por exemplo, uma penitenciária modelar, onde os criminosos entravam por uma porta furiosos, com "los puños crispados" e saíam por outra, sendo a Política" de Aristóteles..., o Butantã e um cemitério sem cruz e sem mortos (!), de difícil identificação: "Se mostraba al forastero un cementerio no estrenado, sin cruz y sin muertos, con una urna en la entrada. Más bien que cementerio, era un programa de la futura Higienopolis". (p. 450). S. Paulo impunha a tecnocracia a todo o país: tinha norte-americanos na marinha de guerra, franceses no exército, italianos na aviação e ingleses na fazenda pública.

Tantas e tais leviandades e inexatidões a respeito da história recente de nosso país, levam-nos a indagar o que não haverá no livro com referência a outros países, cuja apreciação escape à nossa alçada. Seria muito melhor que, a exemplo de outras obras anteriores, continuasse o sr. Carlos Pereyra a ignorar a existência do Brasil. Poderia ficar restrito à sua "América Espanhola", sem necessidade alguma de incursionar pela América Portuguesa. Alguma

simpatia que poderia angariar entre os leitores brasileiros jamais compensaria o abalo de um prestígio e dos créditos de um historiador .

ODILON NOGUEIRA DE MATTOS.

SILVA (Bolívar Bordallo da). — *Fatores dos descobrimentos e conquistas no século XV*. Belém do Pará. 1946. 108 pp.

Bem reduzido é o número de intelectuais que, entre nós, se dedica ao estudo dos descobrimentos marítimos nos séculos XV e XVI. Tal assunto, pondo quase sempre em foco questões de prioridade nacional, geralmente arrasta os historiadores a trilhar o caminho do apriorismo e da dogmática, introduzindo dêsse modo elementos perturbadores e mesmo irritantes no campo sereno da história. Assim sendo, o A. merece os nossos aplausos pelo esforço que fez ao elaborar o trabalho que vamos criticar, apenas com o escopo de evitar que nos seus próximos livros sejam repetidos erros que possam prejudicar o bom conceito que, como historiador, goza de seus alunos e colegas.

O trabalho, que passamos a apreciar, divide-se em três capítulos. No primeiro o A. faz uma apreciação geral do assunto que se propõe estudar. O capítulo segundo desdobra-se em três partes a saber: fator religioso, fator social e político, fator econômico. No capítulo terceiro faz o A. um resumo de tudo que escreveu, chegando à conclusão de que, de todos os fatores, o econômico foi o mais importante nos descobrimentos e conquistas do século XV, opinião esta aceita pela maioria dos estudiosos, e que nós também espousamos sem vacilar.

Caso tivéssemos necessidade de tratar do assunto de que se ocupa o A., nos estudaríamos as seguintes teses: da dilatação da fé, da expansão econômica, da guerra santa e da expansão geográfica. Ao cuidarmos desta última tese, não esqueceríamos de dizer que, tendo de um lado a Espanha adversa e de outro o mar, só restava a Portugal recorrer à empresa dos descobrimentos marítimos que, diga-se de passagem, não foi obra de um só homem, por mais que se procure enaltecer os méritos do Infante D. Henrique, mas de toda a nação portuguesa a partir do reinado de Diniz. Como acertadamente disse Jaime Cortesão, "a luta com o mar foi uma continuação de Aljubarrota; e a primeira vitória que arrancamos às ondas foi a da independência nacional" (1).

Das 108 páginas que contém o livro, apenas 72 são de texto, uma vez que as restantes são ocupadas com o frontispício, o preâmbulo, a bibliografia, o índice, etc. Ora, com um número tão reduzido de páginas em corpo 10, não pôde o A., por maior que seja a sua capacidade de síntese, tratar convenientemente de um assunto tão vasto e complexo como é aquêle que empresta o título ao seu trabalho. Daí o A. não transcrever nenhum tópico de documentos, nem mesmo citar alguns dêles para justificar as suas asserções, dando-nos a impressão de que apenas teve a preocupação de reunir frases feitas, algumas delas constituindo verdadeiras hipóboles. Como iremos ver, o livro é de um conservantismo quase que absoluto, contendo afirmativas que há muito foram postas à margem em face de modernas investigações históricas. Mas não é só isso. O A. dá-nos a impressão de que, na sua opinião, os descobrimentos marítimos realizados nos séculos XV e XVI, foram obra exclusiva dos nautas portugueses, pois não põe em relêvo o projeto de Colombo e a prioridade que lhe pertence da primeira viagem transoceânica; nada diz sobre as descobertas dos Cabotos; guarda o mais absoluto silêncio sobre as viagens e descobertas dos espanhóis e mesmo de Vespucci que,

(1) "Revista Portuguesa", S. Paulo, 1930, tomo I, fascículo 1.º, página 5.

por duas vezes, percorreu grande extensão do litoral brasileiro; não se refere a Magalhães que, a serviço da Espanha e pondo em execução o projeto de Vespucci de procurar as Molucas passando pelo extremo meridional da América, realizou o feito marítimo que inegavelmente abriu os mais vastos horizontes ao estudo da geografia, etc., etc. E' também de se extranhar que, o A. não tenha feito uma síntese da grande influência que a ciência náutica árabe, bizantina, balear e italiana, teve na gênese e evolução dos descobrimentos marítimos dos portugueses.

Diz o A. e repete mais de uma vez, que o Infante D. Henrique pelo descobrimento da costa ocidental d'África, visava o caminho da Índia. Trata-se de uma tese bastante abalada devido aos golpes que recebeu e ainda hoje recebe, mesmo de historiadores portugueses. Si não estamos equivocados, quem primeiro evidenciou ser destituída de fundamento tal tese, foi o grande americanista "yankee" Henry Vignaud (2) que baseou em documentação portuguesa, portanto fonte insuspeita, quase todos os seus argumentos. O professor Duarte Leite (3) recorrendo a argumentos diferentes daqueles de Vignaud, impugnou-a, por sua vez, ao criticar um trabalho de Jaime Cortesão apresentado ao Congresso do Mundo Português em 1940, sob o título: "Teoria geral dos descobrimentos portugueses". Num dos seus sólidos argumentos, diz Duarte Leite que o silêncio é completo sobre a busca da Índia pelo Infante D. Henrique na "Crônica da Guiné" do seu contemporâneo, biógrafo e panegirista oficial, Gomes Eanes de Zurara, bem como "desconhecem o plano henriquino o cronista régio Ruy de Pina e o insigne roteirista da Índia Duarte Pacheco Pereira, ambos contemporâneos de D. Manuel e talvez do Infante, o primeiro cronista da Índia portuguesa Lopes de Castanheda e o segundo João de Barros, ambos já sob D. João III, sendo que todos eles escreveram quando já estava franqueada a rota da Índia e não havia conveniência alguma de encobrir a verdadeira origem deste maravilhoso feito, e todos eles conferem a D. João II a primazia da sua concepção e consciente execução". Últimamente o erudito historiador português Júlio Gonçalves (4), da Sociedade de Geografia de Lisboa, em um opúsculo rico de proveitosos ensinamentos, também contesta que o Infante D. Henrique pelos descobrimentos que realizava na costa d'África, visasse o caminho da Índia.

Proseguindo, diz o A. que o Infante D. Henrique "dedicou-se ao estudo de cosmografia, matemática, história e geografia (5), acrescentando que foi ele "a centelha que veio acender a era de verdadeiro renascimento científico, e para quem convergem as atenções de toda a Europa, admirada e semi-atônita, pelo esplendor da sua cultura, paciência e pertinácia" (6). Estas afirmativas do A., tão cheias de calor, pertencem ao domínio da mais pura fantasia e, quem isso sustenta sem reboço e com sólidos argumentos, não somos nós, mas um insuspeito historiador português, o já citado professor Duarte Leite (7). Ouçâmo-lo:

"E' totalmente destituída de fundamento a fama de vasto saber literário, matemático, astronômico e geográfico com que dota D. Henrique uma lenda por alguns levada a proporções paroxísticas, deformando em homem de estudo quem de raiz o foi de ação. Contra este erro vulgarizado protestam, como há anos fiz ver, todos os testemunhos conhecidos, dos quais abertamente o negativo de Zurara que, no seu panegírio *post mortem*, não diz uma só palavra do seu amor a livros, embora enalteça e amplie tudo quanto a

(2) "Histoire critique de la grande entreprise de Christophe Colomb", Paris, 1911, volume I., páginas 192 a 211.

(3) "Coisas de vária história", Lisboa, 1941, páginas 1 a 27.

(4) "Pelo descobrimento da Guiné, visava o Infante o caminho da Índia?" Tese e discussão de congresso, Lisboa, 1947.

(5) vide página 19 do livro do A.

(6) vide página 56 do livro do A.

(7) "Coisas de vária história", Lisboa, 1941, páginas 13 a 18.

verdade ou a lisonja nele pôde catar. Sem dúvida o Infante era instruído, mas de cultura mediocre, muito inferior à dos irmãos mais velhos, que nos deixaram obras indicativas de numerosas leituras, ao passo que dêle nenhuma ficou. Nada se sabe da sua biblioteca, embora devesse ser grande se o fôsse a sua sabedoria livreira; enquanto há catálogos dos dos irmãos D. Duarte, D. Fernando e do condestável D. Pedro, filho do infante dêste nome, em parte herdada do pai. É possível que a tivesse doado em vida ao sobrinho e filho adotivo, o infante D. Fernando, visto como do seu espólio de móveis apenas apareceram livros de reza, uma crônica de Espanha, um livro de Evangelhos e o chamado **Mestre das sentenças**, do teólogo Pedro Lombardo, sendo de notar que êstes dois lhe foram emprestados. Desconhecia as matemáticas além da aritmética elementar, como aliás quase todos os letrados da época, tollidos pela numeração romana, e disto é exemplo D. Afonso V, mais esmeradamente educado do que o tio e a quem atribuem um escrito de astronomia contemplativa, o qual estava em 1453 tão atrasado em aritmética, que o financeiro judeu Abranel entendeu necessário explicar-lhe o que eram quebrados, e aditar uma longa tábua de multiplicação. Nestas condições é óbvio que lhe era inteiramente vedada a parte matemática da astronomia, e apenas acessível a contemplativa: de certo conhecia o sistema ptolomaico do mundo, a exemplo do pai, que no seu **Livro de montaria** o mandou descrever por um **hom retórico** (incapaz como era de tal), mas duvido de que facilmente entrasse no **Tratado da Sphera** de João de Sacrobosco, se porventura o tentou. Pouca ou nenhuma importância ligou às ciências exatas, como se evidencia em que, não obstante ter doado ao Estado geral ou Universidade de Lisboa boas casas onde se ensinasse as sete artes liberais, entre as quais se contavam a aritmética, a geometria e a astronomia, nunca nos vinte e nove anos seguintes da sua vida se professaram estas três no estabelecimento de que era governador e regedor; e não passe sem reparo, por contraste, que duas vêzes contemplou com valiosos donativos a cátedra de teologia. Proclamam todos a sua grande competência em geografia. O emérito historiador desta ciência, Raimundo Beazley, atribui-lhe a manipulação de alguns dos sete mais antigos mapas que nos legou a Idade-Média, e outros escritores numerosas leituras de autores medievais e antigos, como fôsem Ptolomeu e Plínio, do primeiro dos quais conheceu a **Cosmografia** e as suas tábuas, como atesta a relação dita do seu capitão Diogo Gomes, e do seguindo a **Historia naturalis**, aproveitada por Zurara na contemporânea crônica da Guiné. Mas nada abona a suposição de Beazley, antes ela é de rejeitar, e ao contrário se sabe que não estava a par da cartografia catalã, apesar da estada em Portugal do seu representante Jácomo de Malhorca; e se é possível que estudasse geografia nalguma obra medieval, pode afirmar-se que não pôs os olhos nas antigas citadas, das quais ao tempo provavelmente nenhum exemplar havia em Portugal. Não é Diogo Gomes quem o faz leitor de Ptolomeu, mas Martinho Behaim, que redigiu aquela relação e nela introduziu coisas de sua exclusiva responsabilidade; e Zurara nunca leu Plínio, sendo o passo a êle referente um plágio descarado e inconsciente dum tratado castelhano de história universal. Em materia geográfica só se conhecem três autênticas opiniões do Infante, tôdas erradas, e daí a minha concordância com o douto Pedro de Azevedo, quando o disse "amador, em certas ocasiões, de assuntos de geografia". Ilude-se portanto quem o supõe leitor de qualquer obra, cuja materia imagine interessá-lo, que aliás bem podia não ter entrado em Portugal, pois os manuscritos circulavam em reduzido número de exemplares, caros e custosos de adquirir; e além disto quase todos eram escritos em latim, língua em que presumo o Infante hóspede não muito assíduo. No **Lcal Conselheiro** refere-se D. Duarte a doutrinas de Raimundo Lulo, e é possível que tivesse lido obras suas, porventura entre elas o **Liber de acquisitione Terræ Sanctæ**, mas já não o digo de D. Henrique, dada a modéstia das suas leituras; e quanto ao **Liber secretorum fidelium crucis** de Marino Sanudo,

vou até asseverar que o desconhecerem ambos os príncipes. Contudo, apesar de ainda não ter consultado estas obras, não creio que o *doctor illuminatus* e o nobre veneziano preconizassem a circunavegação da África para chegar à Índia".

Porém, onde o A. revela o atrazo em que se acha, tratando-se da história dos descobrimentos marítimos e, em particular, da vida do Infante D. Henrique, é quando se refere em termos encomiásticos à Escola Naval de Sagres. Diz

A. que "o centro de estudos náuticos conhecido pelo nome de Escola de Sagres, foi realmente o marco inicial de todos os grandes descobrimentos e conquistas marítimas" (8). Mais adiante acrescenta que "a Escola de Sagres deve, pois, ser considerada como o marco ou padrão de conquistas humanas, assinalando o início de uma nova era na evolução da história da humanidade" (9). Não satisfeito de tantos elogios à tão citada escola, avança o A. este conceito: "O Infante D. Henrique levantou na Escola de Sagres o pedestal grandioso do Império Lusitano, que, dentro de um plano aparentemente pacifista, realizou sem dúvida, a conquista econômica do mundo. Sagres foi a maior realização do século" (10).

Acontece que, nem dos relatos dos cronistas coevos de D. Henrique, nem de documentos referentes a sua vida laboriosa, existe a mais leve referência a citada escola. As fontes que conhecemos e que podiam a ela fazer alusão, mas que guardam o mais profundo silêncio, são as seguintes: "*Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*", por Gomes Eanes de Zurara, biógrafo e panegirista do Infante: "*Crônica da tomada de Ceuta*", pelo mesmo cronista; "*Crônica d'El-Rei D. Duarte*", por Rui de Pina; "*Crônica d'El-Rei D. Afonso V*", deste cronista; "*Prima e Seconda Navigazioni*", de Alvise de Cà da Mosto; "*Navegação de Pedro de Cintra*", escrita por este navegante veneziano; "*Relação dos descobrimentos da Guiné*", de Diogo Gomes, escrita por Martim Behaim e "*A Ásia*" de João de Barros. Documentos dos arquivos a saber: *Último testamento do Infante D. Henrique*; *cartas de doação do cabo Trásfalmear*; *cartas de doação do Infante D. Henrique ao Infante D. Fernando e à Ordem de Cristo*.

Não seria tarefa difícil alinhavarmos aqui algumas frases que provam não passar da mais pura fantasia a existência da tão decantada escola naval (11). Porém, como temos receio de ser tachado de faccioso e até de lusópho, entendemos ser de bom alvitre apenas transladar para estas páginas o que sobre tal assunto escreveram unicamente historiadores portugueses, deixando ao critério do leitor julgar do mérito de seus argumentos, lembrando todavia que, por vaidade nacional, em parte justificada, procuram eles valorizar homens e autenticar fatos, visando com isso dar maior relêvo à história pátria.

Ayres de Sá (12), escreve o seguinte, com relação a existência da Escola Naval de Sagres: "Da leitura da "*Crônica de Guiné*", por Gomes Eanes de Zurara, da "*Relação*", de Diogo Gomes, da primeira década de João de Barros, dos documentos que se referem ao Infante, quer do século XV, quer do século XVI, e mesmo de Rui de Pina e de todos os escritores desses dois séculos, não consta que o Infante D. Henrique fundasse observatório e escola em Sagres ou em qualquer outra parte. Nesse promontório não existe o mínimo

(8) vide página 18 do livro do A.

(9) vide página 58 do livro do A.

(10) vide página 87 do livro do A.

(11) Já em 1940, aqui em S. Paulo, o professor dr. Astrogildo Rodrigues de Mello, contestou a existência da Escola Naval de Sagres. Vide "*O comércio europeu nos séculos XV e XVI e o florescimento de Espanha e Portugal*", separata do "*Boletim História da Civilização*" n.º 2, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, 1940, página 147.

(12) "*Frei Gonçalo Velho*", Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, volume 1, páginas CXII a CXIV.

sinal de antigo edificio dêsse gênero, que teria aparecido como uma exalação. O Infante, possuindo um estabelecimento de instrução de tal forma importante, não teria ido deixar legados à Universidade para manter a cadeira de teologia, nem teria fundado talvez, a cadeira de matemática, em Lisboa. D. João II, que tomou os descobrimentos tanto a peito, devia ter utilizado essa escola. Finalmente seria para espantar que uma tão importante inovação passasse despercebida aos próprios biógrafos do Infante, seus contemporâneos, e que os sábios estrangeiros fôsem, por tal forma, desprezados que nem se lhes sabe o nome. O processo de exploração oceânica empregado pelo Infante era muito diferente: deduz-se de Gomes, Zurara e Barros, deduz-se dos poucos documentos que nos restam, começamos a esboçá-lo quando tratarmos do Infante. Estabelecido na sua vila, onde certamente se fizera cercar dos rudes portulanos de então e de algumas esferas, tendo à sua disposição uma biblioteca, onde se deviam encontrar relações de pilotos portugueses, alguns livros de história e os filósofos da Grécia, então muito em voga entre os eruditos, por meio dos quais devia encontrar-se algum livro de cavalaria, o Infante combinava as rotas com os seus companheiros de Ceuta e com os pilotos conhecedores do Atlântico até o Cabo Não, que abundavam em Lagos. Se os enviados tornavam com boa nova ou com presa que a confirmasse, o Infante alegrava-se, fazia-lhes mercês nas suas terras ou nas da Ordem e enviava novas expedições, tudo à sua custa. Outras vêzes pediam-lhe os armadores de Lagos, cubicosos de boa presa, que os deixasse ir à descoberta: o Infante, se lhes consentia, impunha-lhes condições, tais como darem-lhe o quinto do que trouxessem, e à volta escutava as suas narrações, e registrando-as pouco a pouco ia alargando os conhecimentos do Mar Tenebroso. Foi um negócio idêntico o que fez com Alvise da Cà da Mosto, este não-lo refere. Sem o estímulo da presa era escusado intentar os descobrimentos, porque ninguém se prestaria a afrontar os mistérios terríveis do Atlântico se não houvesse para isso um estímulo, um lucro material. Estas excursões tornaram-se empresas de cavalaria. Quando as viagens de Frei Gonçalo Velho, de Gil Eanes e de Diniz Fernandes iniciaram uma nova fase na vida econômica do sul do reino, já as caravelas partiam com muito mais facilidade, porque o Infante dava poderes mais largos e o caminho já era conhecido. Com isto, que é a súpula do que referem Diogo Gomes, Gomes Eanes de Zurara e João de Barros e do que os documentos dizem, fica destruída a lenda do fantástico observatório, da imaginária escola de náutica, dos sábios estrangeiros mandados vir pelo Infante, etc."

Na introdução que o historiador José de Bragança escreveu para a edição da "Crônica do descobrimento da Guiné" por Gomes Eanes de Zurara, publicação da Livraria Civilização Editora da cidade do Porto, existe esta passagem: "A idéia, recentemente agitada, de levantar um monumento grandioso ao Infante D. Henrique na ponta de Sagres, veio pôr em evidência quantas noções erradas e quanta incerteza envolvem o Infante e a sua ação. Vimos como abalizados escritores não duvidaram repetir as inexatidões espalhadas, em estilo ditirâmico ou pindárico; como, na ânsia de engrandecer o objeto da sua admiração subjetiva, correram o risco de amesquinhar, reduzindo-a às proporções de um só homem e de uma só vontade, a obra imensa e imorredora de um povo através dos três séculos mais fecundos da civilização. Afirmou-se que dali saíram as caravelas dos descobrimentos, e a verdade é que só consta que de lá partisse em 1455, para fins comerciais, a que levou Cà da Mosto às parcs da Guiné, descoberta dez anos antes. Celebrouse a Escola de Sagres com seus grandes sábios estrangeiros e até com observatório, quando o grande mérito da obra dos portugueses está em que eles foram os próprios criadores dessa ciência eminentemente experimental".

.....

.....

.....

"O que os documentos dizem, de maneira indiscutível, é que D. Henrique só depois da morte do Infante Santo começou a edificar no extremo ocidente do Algarve uma vila, onde os barcos dos mercadores, vindos do Mediterrâneo e surpreendidos pela violência da nortada, podessem encontrar poiso, refresco e confortos espirituais que até aí não tinham".

Só depois de 27 de outubro de 1443, data em que o regente D. Pedro fez doação a D. Henrique de uma légua de terra ao redor do cabo de S. Vicente, foi que se iniciou a fundação da vila que o próprio Infante batizou por "Vila do Infante", e não Escola Naval de Sagres. A prova documental de que, com a fundação dessa vila, teve D. Henrique unicamente, como diz José de Bragança, a preocupação de dar abrigo aos navios vindos do Mediterrâneo acossados por temporais, está nos dizeres insofismáveis da carta de doação de 19 de setembro de 1460, assinada pelo Infante poucas semanas antes de falecer.

Para rematar, citamos um tópico escrito pelo historiador Abel Fontoura da Costa (13), num trabalho editado pelo governo português, que diz: "Nem o Infante, nem os que com ele privaram — Zurara, Diogo Gomes, Cã da Mosto — nos deixaram, aquêle no seu longo testamento e estes nos seus escritos, a mais leve referência à poéticamente chamada Escola de Sagres".

O A. inclui na lista dos livros que consultou para a feitura de seu trabalho, a referida "Crônica da Guiné" de Zurara. Deve ter havido engano porque, se de fato o A. teve em suas mãos essa crônica e a leu com a devida atenção, convencido devia ter ficado de que tinha ao seu dispor a melhor fonte para o estudo da vida do Infante, fonte essa que não podia levá-lo a incorrer nos erros em que incorreu.

Em uma das passagens do seu livro (14), diz o A. que Colombo também se pode filiar à Escola de Sagres, tal a influência que exerceu este centro de estudos geográficos no seu projeto. Esta afirmativa não passa de verdadeiro solecismo histórico porque, como já dissemos (15), duas concepções geográficas se defrontavam nos últimos decênios do século XV, tratando-se do ambicionado caminho marítimo para a Ásia e particularizando para a Índia, donde com os aromas, pedras preciosas, brocados e púrpuras, vinha também à Europa a fama de riquezas fabulosas. De um lado estava um reduzido grupo de cosmógrafos letrados, dos quais a história tem conservado os nomes de Toscanelli, Monetário, Behaim e Colombo, o qual grupo dando grande impulso às idéias clássicas da antiguidade grega sobre a redondeza da terra e a pequena extensão dos mares, dizia que navegando-se rumo ocidente seria possível em curto espaço de tempo atingir a ilha de Cipango e o litoral de Catay. Eram os partidários do chamado ciclo ocidental. Combatiam essa idéia os cosmógrafos portugueses que opinavam pela procura da rota marítima para a Índia, navegando ao longo da costa ocidental d'África até encontrar uma passagem ao sul desse continente e, assim, penetrar no Oceano Indico. Eram os adeptos do denominado ciclo oriental. Dessas duas concepções geográficas resultaram o descobrimento da América por Colombo e o encontro do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama.

Tratando-se porém da permanência de Colombo em Portugal, o que de positivo se sabe é o seguinte: Quando o descobridor do Novo Mundo se transferiu em 1476 para aquele país, já era marinheiro e fazia 16 anos que o Infante D. Henrique tinha falecido. Durante a sua estadia em Portugal, navegou a serviço de mercadores genoveses, tendo ido a Flandres, Londres, Bristol, Pôrto Santo, Madeira, costa da Guiné e, possivelmente às Canárias e aos Açores. Essas viagens lhe foram de grande proveito, principalmente

(13) "A Marinharia dos Descobrimientos", Publicação oficial da Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1939, página 12.

(14) vide página 72 do livro do A.

(15) "O Descobrimento do Brasil", Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1946, prefácio.

as realizadas à Madeira, Pôrto Santo e Guiné, porque teve a oportunidade de fazer inteligentes indagações sobre a direção dos ventos e correntes marítimas numa larga faixa do Atlântico Norte, interrogando para isso os nautas portugueses, principalmente os madeirenses e açoreanos. Dessas investigações também veio a saber das evidentes provas da existência de terras ao ocidente d'esses arquipelagos, o que rebusteceu a sua concepção geográfica sobre a proximidade das costas asiáticas. Mais ou menos em 1484, apresentou o seu projeto a D. João II de Portugal, que se recusou pô-lo em prática. Em consequência dessa recusa, transferiu-se para a Espanha. Fora disso, tudo que se disser a respeito do que ocorreu com Colombo em Portugal, não passa do terreno das conjecturas.

Como ainda hoje não é pequeno o número de pessoas que imaginam, na época dos descobrimentos marítimos, a existência de escolas com amplas salas, bancos, quadros negros, mapas, professores, observatórios astronômicos, etc., onde seriam ministrados ensinamentos sobre a náutica, julgamos oportuno transcrever aqui o que a esse respeito escreveu o historiador italiano Rinaldo Caddeo ao comentar a história de Colombo escrita pelo seu filho D. Fernando. Diz este ilustre historiador (16): "A grande escola naval era no mar, vivendo nos acanhados navios em promiscuidade com as velhas e adestradas equipagens, assistindo e participando de suas manobras, aprendendo quase sem perceber a dispor as velas, a deitar e levantar âncora, a manobrar o leme, a conhecer o uso da bússola, do astrolábio, da balestilha, a cartear, a calcular o percurso, a conhecer o regime dos ventos, a direção das correntes marítimas a insidia dos escolhos, a segurança dos portos, os perigos das longas calmarias e das repentinas tempestades. Quem não leva em conta tudo isso, não compreenderá nunca o segredo dos grandes capitães, nem a história da maravilhosa marinharia medieval".

*
* *
*

Para os que queiram não só enriquecer os seus conhecimentos sobre a história dos descobrimentos marítimos, mas também ficar ao par da moderna documentação a respeito de tal assunto, recomendamos a leitura dos seguintes livros: Samuel Eliot Morison, "Portuguese Voyages to America in the Fifteenth Century"; do mesmo autor, "Admiral of the Ocean Sea. A life of Christopher Columbus"; E. George Nunn, "Geographical Conceptions of Columbus"; William B. Greenlee, "The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India"; Henry Vignaud, "Histoire critique de la grande entreprise de Christophe Colomb"; do mesmo autor, "Americ Vespuce, sa biographie, sa vie, ses voyages"; "Le Historie della vita e dei fatti di Cristoforo Colombo per D. Fernando Colombo suo figlio", comentada por Rinaldo Caddeo; por este historiador, "Le navigazioni Atlantiche di Alvise da Cà da Mosto"; Roberto Almagià, "L'opera del genio italiano all'estero"; Alberto Magnaghi, "Amerigo Vespucci"; Charles de la Roncière, "Découverte de l'Afrique au moyen-âge"; J. W. Blake, "European Beginnings in West Africa"; Henry HARRISSE, "Discovery of North America"; E. L. Stevenson, "Maps Illustrating Early Discovery and Exploration in America, 1502-30"; J. A. Williamson, "Voyages of the Cabots"; E. G. Ravenstein, "Journal of First Voyage of Vasco da Gama"; G. H. T. Kimble, "Geography in the Middle Ages"; E. G. Ravenstein, "Martin Behaim his life and his globe"; Frederick J. Pohl, "Amerigo Vespucci Pilot Major"; Roberto Levillier, "America la bien llamada"; Diego Luis Molinari, "El Nacimiento del Nuevo Mundo";

(16) "Historie della vita e dei fatti di Cristoforo Colombo per D. Fernando Colombo suo figlio". Edizioni Alpes, Milano, 1930, volume I, página 318.

Jean Poujade, "La route des Indes et ses navires"; e Charles Marshall Smith, "Les expéditions des normands".

THOMAZ OSCAR MARCONDES DE SOUZA.

DICIONARIO BRASILEIRO DE DATAS HISTÓRICAS, organizado por José Teixeira de Oliveira. 2.^a edição aumentada, refundida e atualizada. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950, 423 pp.

Um dicionário de datas históricas, evidentemente, não é tarefa de fácil desempenho; e cresce de dificuldade, no caso do Brasil, quando já temos uma obra como as "Efemérides Brasileiras", de Rio Branco, hoje fundamental na bibliografia histórica do país. Rio Branco enriqueceu seu livro de fatos políticos e militares, descrição de batalhas e lutas, mudanças de gabinete, acontecimentos, em suma, ligados mais diretamente à história político-administrativa ou militar.

É claro que a técnica das efemérides oferece dificuldades à inclusão, por exemplo, de fatos sociais ou econômicos, os quais, quase sempre, não têm uma data fixa, nem se traduzem num dia determinado, por isso que resultam, geralmente, de um processo que se vai desenrolando no tempo. O seu registro, portanto, quase sempre escapa à organização de efemérides, mais rigorosamente destinadas aos acontecimentos políticos, administrativos ou militares.

O Sr. José Teixeira de Oliveira soube contornar tais dificuldades ao elaborar seu "Dicionário Brasileiro de Datas Históricas", agora saído em segunda edição, ampliada e enriquecida de novos verbetes, além de atualizada. É de destacar, justamente, no trabalho em causa o arrolamento de numerosas efemérides ligadas à história social ou econômica. Para tanto toma como data de referência aquela em que primeiro se manifestou o fato ou se registrou o acontecimento. Vários desses verbetes têm importância para o estudo da vida social ou econômica do país: a partida de Lisboa das primeiras órfãs vindas para o Brasil (7-1-550); o toque de sino anunciando a hora de fecharem-se as portas das casas (3-1-825); a abolição do entrudo (28-2-854); o início do tráfego dos tilburis (12-10-846); o uso de lampeões na rua (14-5-853); a inauguração da estrada de ferro do Corcovado no trecho de Paineiras ao final da linha (1-7-885); a primeira escola municipal do Rio de Janeiro (4-8-872); o início das demonstrações com o fonógrafo (9-11-889); os começos da crise financeira de 1864 com a suspensão dos pagamentos da casa bancária Souto (10-9-864); o licenciamento do primeiro automóvel no Rio de Janeiro (29-8-903); a instalação da primeira rádio-difusora (7-9-923).

Outro aspecto que merece realçar-se na obra do Sr. José Teixeira de Oliveira é o arrolamento de numerosos fatos de caráter regional, igualmente de natureza social ou econômica. Evidentemente, muitos desses fatos não têm repercussão nacional; trata-se, porém, de acontecimentos expressivos no âmbito regional. E como é com a coordenação de fatos regionais que se constitui a história nacional, tais verbetes passam a oferecer o maior interesse. Lembro, por exemplo, que, no "Dicionário Brasileiro de Datas Históricas", se encontra registro acêrca dos começos, em vários Estados ou cidades, da iluminação a gás ou a eletricidade, dos serviços telefônicos, do serviço de bondes, do primeiro jornal local, etc.

O primeiro jornal baiano aparece a 14 de maio de 1811; o maranhense, a 10 de novembro de 1821; o cearense, a 1 de abril de 1824; o paraibano, a 16 de fevereiro de 1826; o paulista, a 7 de fevereiro de 1827; o alagoano,

a 17 de agosto de 1831; eis algumas informações, acrescidas do nome dos respectivos jornais, que se podem respigar no livro do Sr. José Teixeira de Oliveira. Ao lado disso, outros acontecimentos regionais mereceram igualmente acolhida entre os verbetes elaborados.

Embora considerando-se apenas organizador do "Dicionário Brasileiro de Datas Históricas", o Sr. José Teixeira de Oliveira foi mais além, porque, na realidade, realizou obra de mérito, onde os senões ou as falhas, porventura observadas em relação a essa ou aquela data, são supridas pela riqueza da documentação referente a cada verbete, obtida em fontes autorizadas, de autores que estudam o assunto tratando-o em seus menores aspectos. O que não deixa de ser — assinala-se também — outro mérito do livro.

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR.

RICARD (Robert). — *L' Islam noir à Bahia d'après les travaux de l'école ethnologique brésilienne*, in "HESPÉRIS" (Archives berbères et Bulletin de l'Institut des Hautes Etudes Marocaines), 1er-2e trimestres. Laroze. Paris. 1948. 22 pp.

Depois da publicação, em francês, do livro de Nina Rodrigues sobre **O animismo fetichista dos negros da Bahia** e das duas memórias do Père Étienne, parece que a França pouco tem ouvido falar dos problemas afro-brasileiros. Deveremos, pois, manifestar nosso agradecimento ao sr. R. Ricard pelo estudo recente que acaba de publicar sobre a influência do Islão na Bahia, vista através das obras das melhores autoridades brasileiras sobre a questão.

Sua bibliografia é excelente. Somente um texto importante não foi citado; mas como este, até agora, parece ter escapado à maioria dos estudiosos, não podemos recriminar a R. Ricard não conhecê-lo: é o artigo de Protasius Frikel na revista franciscana da Bahia, **Santo Antônio, XVIII-XIX, 1940-41**, "Die Seelenlehre der Gêge und Nagô". A ele voltaremos mais tarde. O livro de Luis Vianna Filho, **O Negro na Bahia**, que o autor lamenta não ter encontrado, não lhe seria de grande utilidade: aí acharia apenas a notícia de que, desde o século XVI, negros da "costa da Mina" chegaram à Bahia, podendo provavelmente ser incluídos no número dos negros islâmicos. (1)

A crítica dos dados do **Annuaire du Monde Musulman, 1933**, para a América, é das mais justificadas. Talvez tenha havido outrora 25.000 escravos muçulmanos, mas não sei como foi possível calcular este número, pois os brancos não se interessavam por seus escravos senão na medida

(1) — A bibliografia não compreende senão os textos principais dos etnógrafos brasileiros. Evidentemente poderia ser completada pelos testemunhos dos viajantes. Quero citar entre outros FRANCIS DE CASTELNAU. *Renseignements sur l'Afrique Centrale et sur une nation d'hommes à queue qui s'y trouvait, d'après le rapport des nègres du Soudan, esclaves à Bahia*, Paris, Bertrand, 1851, em que se encontram numerosas notícias sobre os negros islâmicos da Bahia, muitos dos quais trazendo os nomes de Mohammah, Mehemet, Mahannad, Mehamed, etc; havia alguns marabús, sendo que um queria até converter Castelnau! — Para a nota bibliográfica 2 da pg. 8, sobre G. FREYRE, talvez seja bom assinalar que este último utilizou provavelmente, sem citar a fonte, para a afirmação que faz, uma carta importante de GOBINEAU, então Embaixador da França no Brasil, sobre o relevo da religião muçulmana no Rio, carta que pode ser lida em G. RAEDERS, *Le Comte de Gobineau au Brésil*, Paris, Societ, 1934, pg. 75-6.

em que estes lhes forneciam mão de obra útil, e nunca como adeptos desta ou daquela religião. João do Rio confirma, para o Rio, a não existência de mesquitas (2), e o inquerito que levei a efeito em S. Paulo, a respeito de uma pretensa mesquita existente nesta cidade, revelada por Sud Menucci de acôrdo com as referências de um negro (3), teve resultado negativo. Como diz muito bem R. Ricard, "a palavra **machachali** designava simples oratórios". Em 1883, na festa de Maomé, celebrada pela Igreja positivista do Rio, alguns muçulmanos apareceram, mas não sabemos se eram negros ou brancos. Somente depois da chegada de imigrantes sírios é que se pode falar de um culto maometano organizado no Brasil, isto é, desde 1889 (4). Atualmente o número oficial dos fiéis muçulmanos se eleva somente a 3.053, quase todos homens, como é de regra nos movimentos migratórios (5).

R. Ricard nota desde o início do seu estudo que só se pode falar de Islão negro no Brasil em termos do passado. Servindo-se de descrições de Nina Rodrigues, de Manuel Querino, de Père Ignace Etienne e de Arthur Ramos, o autor traça um quadro, tão completo quanto possível, do que foi a antiga civilização islâmica na Bahia. Não esperemos encontrar nada de novo, pois trata-se apenas de tornar os franceses conhecedores dos resultados das buscas aqui realizadas por brasileiros. Todavia, a contribuição do autor é importante, primeiramente pelo exame crítico dos dados recolhidos (e ninguém mais indicado para isto do que o ilustre historiador da África do Norte), em seguida pelos comentários de Luis di Giacomo, estudioso do árabe, sobre os termos empregados pelos autores brasileiros e sobre as orações do Corão citadas por estes, dos quais estabelece o teor original.

Só num ponto deve o quadro ser completado, naquêlê que se refere ao culto dos mortos. R. Ricard não está de acôrdo em que a festa dos mortos de Penedo (Alagoas), descrita por Melo Moraes Filho e na qual Arthur Ramos nota, seguindo Nina Rodrigues, uma influência muçulmana, seja de origem islâmica: "pode ser um rito malê, de origem não islâmica". Ora, justamente o que se dá é que, se excetuarmos apenas uma pequena minoria, a religião muçulmana aqui nunca foi pura, chegou já carregada de sobrevivências fetichistas e, espalhando-se entre os escravos, ainda mais se adulterou. O que, nesta festa de mortos, faz supôr uma influência muçulmana, é logo de início o uso de vestimentas brancas — é em seguida o lugar ocupado pelo jejum e pela proibição de bebidas alcoólicas na primeira parte da cerimônia, em oposição com o gosto dos negros fetichistas pela cachaça. Ainda há mais. A Bania não foi a única cidade em que a influência muçulmana se mostrou forte. No Rio, existiam dois cultos, o dos **orichás** e o dos **Alufás**. O mesmo se dava em Alagoas, onde (como mostram recortes de jornais transcritos por A. Ramos), existia de um lado o **Xangô** e do outro o culto **Malê** da Tia Marcelina. Como se vê, a religião muçulmana estava já inteiramente imbrincada à dos yoruba, pois o culto era dirigido por uma mulher; se, além disso, a polícia descobriu um **Ali-babá**, era um fetiche, uma estátua de criança; e, ainda, se arabescos decoravam o templo, existiam ao lado deles **pegá** para **Ogum** ou **Xangô**. (6)

(2) — JOÃO DO RIO, *As religiões do Rio*, Rio, 1904, c. "O Natal dos Africanos" (*Kosmos*, dezembro — 1904).

(3) — SUD MENUCCI, *O precursor da abolicionismo no Brasil*, S. Paulo, Brasileira, 119, 1936, pg. 117, em nota.

(4) — JOSÉ CARLOS RODRIGUES, *Religiões acatólicas*.

(5) — *Anuário Estatístico do Brasil*, VIII, 1947, pg. 40.

(6) — A. RAMOS, *O Negro Brasileiro*, 2.ª ed., S. Paulo, C. E. N. Brasileira 188, 1940 — Este livro não vem citado na bibliografia de R. Ricard e, sem dúvida, a maior parte de seus elementos é encontrada também na *Introdução à Antropologia Brasileira*, consultada pelo autor, mas possui também outros elementos, particularmente sobre a seita muçulmana de Alagoas (pg. 90-91). Um dos cânticos desta seita é o seguinte:

Eduré, eduré, allala.

Se alguma coisa resta ainda do culto muçulmano no Brasil, apesar das muitas deturpações, é justamente na Bahia o culto das Almas dos Mortos. Neste ponto, o trabalho de Protasius Frikel, ignorado por R. Ricard, é dos mais preciosos. Os Nagô e os Gêge não trabalham com Espíritos dos Mortos, "quem chama os Espíritos dos Mortos são os mussurumim e os malê" (p. 203); "sòmente os mussurumim possuem uma Casa das Almas"; mas hoje, "os malê morreram todos"; "gunocô voltou para a África... fala no vento, mas ninguém mais o compreende agora" (p. 204). De fato, este culto dos Mortos perdura nalguns cantos, como em Mar Grande, na ilha de Itaparica, ou em Matatú Grande, e este culto está entre as mãos de uma sociedade secreta, chamada justamente ainda hoje dos Mussurumim. É verdade que também aqui é muito difícil distinguir o que vem mesmo do Islão e o que provém das sobrevivências fetichistas de negros islâmicos: seria necessário, para este trabalho, alguém que fôsse estudioso de árabe. Anoto, todavia, no correr do artigo, o que parece incontestavelmente provir do Islão:

1 — o termo **gunocô** para designar os mortos, ao lado do termo **yoruba Egum**. Gunocô é um termo tapa ou nupê (Nifê), pertencente, pois, a uma tribo de negros islâmicos;

2 — na cerimônia do chamamento dos Antepassados (inchã), faz-se um círculo com a anagua; ora, segundo J. Ribeiro, anagua é um termo de origem árabe; (8)

3 — o nome da cabana em que se celebra a cerimônia é Ilé-sahim;

4 — as mulheres não podem tomar parte na cerimônia e, muito menos, dirigi-la;

5 — este chamamento dos Antepassados se liga, segundo P. Frikel, às cerimônias mortuárias dos antigos muçulmanos da Bahia, que mandavam aos correligionários agonisantes os diretores de suas associações, para consolá-los e fortificá-los (p. 207, em nota).

6 — este culto, finalmente, é apanágio do **oluô**, que é sempre um homem, estando, por conseguinte, o culto dos mortos ligado à adivinhação de Ifá: "Um pai de santo não pode ser oluô ou trabalhar com os mortos — Ifá pertence aos mussurumi". O que prova que na Bahia os negros continuam sempre conscientes de que o processo de adivinhar pelo collar de Ifá é de origem muçulmana, embora tenha passado aos Yoruba e aos Dahomeanos, confirmando com suas tradições os resultados dos etnógrafos africanos (9).

Assim a influência muçulmana no Brasil e, particularmente, na Bahia, se não nos limitarmos a procurá-la em estado de inteira pureza, continua sempre forte, mesmo sem referência à magia das **mandingas**. R. Ricard cita, todavia, segundo Edison Carneiro, dois cânticos a Alá, recolhidos na Bahia. Posso acrescentar que encontrei também na Bahia o termo de **Ala** para designar o véu branco que serve nas cerimônias de iniciação, para a entrada das novas **yaô** (termo que encontrei também no batuque de Pôrto-Alegre para nomear o véu branco que envolve o tambor sagrado). Poderíamos juntar a estes fatos, continuando sempre na Bahia, uma vez que nesse autor se limitou a esta cidade, a influência do Islão na mitologia negra, como se depreende do texto escrito sobre a origem dos deuses africanos, pelo negro

(7) — Uma descrição mais desenvolvida do que a de Protasius Frikel é encontrada em JOSE' LIMA, *Folklore Bahiano*, sem indicação nem de data nem de edição, p. 5-14.

(8) — J. RIBEIRO, *O Elemento negro*, Rio, Record, s. d., p. 150-2.

(9) — B. MAUPOIL, *La géomancie à l'ancien Côte des Esclaves*, Paris, 1943 e R. TRAUTMANN, *La divination à la Côte des Esclaves et à Madagascar*, Larose, Paris, 1939. Foram os maometanos que levaram a Madagascar os processos divinatórios que lá são praticados e que são muito próximos dos Yoruba-Dahomeanos.

Manuel Vitorino dos Santos: Mussulmin ai aparece como o herói civilizador dos negros (10). Por outro lado, não acho que se possa atribuir, como pretende R. Ricard, a ligação de Oxalá com a sexta-feira a uma influência muçulmana, e sim antes a uma influência cristã. Oxalá é por tôda a parte, no Brasil, identificado com o Cristo, e o Cristo verdadeiro da Bahia é o do Bomfim, que é o Cristo na Cruz; Jesús nela morreu numa sexta-feira. Em outros lugares, Oxalá é adorado no domingo, dia da missa.

Acrescentemos, para esclarecer o texto de R. Ricard, na pg. 6: "Devemos notar, porém, que segundo Donald Pierson subsistem no Brasil três pequenas comunidades negro-muçulmanas. O autor, todavia, se exprime, sobre êsse ponto, em termos prudentemente hipotéticos", que se pode ir mais longe do que a hipótese:

1 — Os negros da Bahia reconhecem que, se existe sempre uma *linha* mussurumi (isto é, um tipo de cânticos), não existe mais "nação" muçulmana. Por conseguinte, as seitas muçulmanas que poderíamos encontrar na Bahia seriam *candomblés nagô*, talvez com algumas variações (infelizmente não foram estudadas até o presente), assim como os filhos do Dahomey, na Bahia, seguem, com algumas diferenças, o rito nagô.

2 — Existe uma seita mussurumi na Bahia, oficialmente registrada na policia, a de Pedro Manuel do Espírito Santo, na Liberdade. Aydano de Couto Ferraz fala de um *candomblé* mussurumi na rua Oriental do Japão. Seria o mesmo, que talvez tenha se mudado? Talvez não, pois ainda há pouco tempo Edison Carneiro indicava sempre para a seita mussurumi a estrada da Liberdade. Teríamos assim ad menos duas seitas muçulmanas, que provavelmente não têm de islâmico senão o nome e alguns raros traços culturais.

3 — Uma vez que, como indicamos, o culto de Ifa se liga ao Islão por intermédio da geomância, há probabilidade de que possamos encontrar no mundo dos *oluô* o titulo de mussurumi; com efeito, a opinião pública dava êste mesmo titulo ao *oluô* Felisberto Salge.

ROGER BASTIDE.

ELLIS JÚNIOR (Alfredo). — **Um Parlamentar Paulista da República.** Boletim CII — História da Civilização Brasileira n. 9, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Gráfica Bentivegna. São Paulo (1949). 495 pp.

"Um Parlamentar Paulista da República" é o titulo que o Prof. Alfredo Ellis Junior deu à biografia que traçou de seu ilustre progenitor, Alfredo Ellis, por ocasião do centenário de seu nascimento, que teve lugar em São Paulo, a 19 de março de 1850.

Jovem ainda, apenas concluidos os primeiros estudos, na provinciana Paulicéia de então, parte o futuro senador da República para os Estados Unidos

(10) — MANUEL VITORINO DOS SANTOS, "O mundo religioso do negro da Bahia", "in" *O Negro no Brasil*, Rio, 1940, p. 243 e segs.

(11) — ARTHUR RAMOS, "O negro Brasileiro", o. c. p. 82, em nota — EDISON CARNEIRO, *Candomblés da Bahia*, Museu do Estado, S. Bahia, 1948, p. 27 e 28 (sem conhecer o artigo de P. Frikel, E. Carneiro sentiu muito bem a influência muçulmana nos ritos mortuários negros; vêr sobre isso, do mesmo autor, "Uma revisão na etnografia religiosa afro-brasileira, in "O Negro no Brasil", p. 63). AYDANO DE COUTO FERRAZ, "As culturas negras no Novo mundo", *Boletim d'Artes*, 3, 1938, p. 340.

da América do Norte, que se encontravam divididos pela tremenda luta interna, que foi a guerra de secessão. Não se tratava, porém, de simples viagem de turismo, pois Alfredo Ellis ia realizar naquele país, na Universidade de Pensilvânia, o curso de medicina, que completou com dezoito anos apenas. Abraçava, assim, a profissão de seu pai, o Dr. William Ellis, velho médico inglês, que tendo vindo para o Brasil, no vigor da mocidade, aqui se integrara e constituira lar, em ramo de tradicional família paulista.

A permanência de Alfredo Ellis nos Estados Unidos, num período de tamanho entrêchoque de interesse e idéias, em que ao aristocracismo do Norte se opunha esmagador o liberalismo do Sul, marcou profundamente sua individualidade em formação, traçando-lhe como que o roteiro de sua vida futura. "Vários anos passados nesse ambiente psicológico", diz o Autor, "endurecido pelo amor à sagrada memória de Washington e apaixonado ao rubro pela sombra de Lincoln, foi cunhada em Alfredo Ellis tal influência, que nele se manteria indelevelmente até o túmulo".

*
* *
*

De volta ao seu país, depois de percorrer a Europa, o novo médico monta consultório em S. Paulo, em companhia de seu pai, tendo, entretanto, clinicado apenas quatro anos, ou seja, de 1870 a 1874. Atraído pela lavoura do café que, "como avalanche, se derramava impetuoso e incoersível pelo Oeste paulista, invadindo o sertão da mata virgem", parte Alfredo Ellis, então já casado, para o interior, a desbravar terras, a engrossar a onda verde dos cafezais. Vencidas penosas etapas, ê-lo senhor rural à margem do Mogi-Guaçu, co-proprietário da fazenda Santa Eudóxia, que, "em pleno coração da mata", surgira do nada com os seus cafezais intensos, a subir e a descer encostas; e com suas instalações que aos poucos cresciam em importância e conforto.

As atividades agrícolas de Alfredo Ellis, que quatro anos após a formação da Fazenda Santa Eudóxia, se transferira para o município de Rio Claro, onde adquirira a fazenda "Oliveiras", prolongam-se até 1890, quando segue para S. Paulo, cidade em que se instalou com a família, já nessa época numerosa.

Republicano ardoroso, iniciara suas lides políticas contra a monarquia em 1882, prelibando nos discursos que então pronunciava, em comícios de propaganda, o espírito combativo que deveria constituir o traço característico de suas futuras atividades parlamentares. E os princípios liberais, de que era simbolo em seu espírito a figura austera de Lincoln, foram também intensamente propagados em prol da abolição, não se limitando êle, porém, ao simples uso da palavra, dando, com a libertação de seus escravos, exemplo vivo da hombridade de suas idéias.

*
* *
*

Eleito deputado federal, fêz parte Alfredo Ellis da representação bandeirante na Constituinte de 1891, ao lado de Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Campos Sales, Rangel Pestana, Antônio Prado e outros nomes ilustres, que tanta influência tiveram na vida política, social e econômica do País. Segue-se, então, o período agitado dos primeiros anos da República, em que o prestígio de S. Paulo encontrava o maior esteio no Partido Republicano Paulista, de que Alfredo Ellis era um dos principais mentores.

Por morte de Manuel de Moraes Barros, em 1902, que ocupara a cadeira de senador de seu irmão Prudente de Moraes, é êle investido do mandato senatorial. E, como diz o seu biógrafo, "nos vinte e três anos, em que o parlamentar paulista ocupou no Senado da República, a mais alta posição de em-

baixador do Estado, êle conservou a mesma linha da mais rígida honestidade, pautando sempre a sua conduta, continuamente a mais ativa e a mais combativa, pugnando infatigavelmente, como se êle quizesse fazer tudo num só tempo, pela causa pública e particularmente por S. Paulo, seu partido politico e pela sua classe agricola”.

E nada melhor atesta a sua impetuosidade, seu espirito de luta, sua dedicação aos interesses do país, do que os discursos pronunciados em diferentes fases de sua carreira, que documentam o livro de que nos ocupamos.

O café que no dizer do autor de “O Bandeirismo Paulista” era e é para S. Paulo “a viga mestra de toda a sua razão de ser e se resumia como se resume ainda, no problema máximo da sua economia”, fôra o leit-motiv da vida parlamentar do senador Alfredo Ellis, como fôra o sonhado el-dorado de sua vida rural. E, assim, suas campanhas mais agrestes, em que se destacam as dirigidas contra a Companhia Docas de Santos e contra a S. Paulo Railway, os dois escoadouros da produção paulista, sempre tiveram a inspirá-las os interesses da lavoura cafeeira. Mas a vitória máxima de sua carreira politica foi, sem dúvida, a valorização do café, levada a efeito em 1906, e repetida em diferentes ocasiões mais tarde, valorização essa, pela qual já em 1902 se havia batido, colocando-se como o pioneiro de uma operação econômica. nos tempos modernos, para a qual não havia ainda palavra na lingua inglesa (Ver: Valorization em “Encyclopaedia of the Social Sciences” e “Webster’s Dictionary”).

Impossivel se torna resumir, em breves linhas, o conteúdo desse alentado volume de 495 páginas, que constitui a biografia de “Um Parlamentar Paulista da República”. Como bem afirma o seu Autor, “há enorme deficiência nas páginas da história brasileira, a respeito do periodo republicano. Essa deficiência que, em relação ao país todo é grande, imensamente maior ela se torna, em se tendo em vista a história do periodo republicano de S. Paulo”. Alfredo Ellis foi desbravador de sertões, plantador de café, fazendeiro, senhor de escravos e, sobretudo, politico, numa carreira que se estende de 1870 até o dia de sua morte, em 1925. Companheiro de Rui Barbosa na Campanha Civilista, participou de todos os grandes movimentos que nesse longo periodo agitaram o país.

O trabalho, que o illustre professor da cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de S. Paulo realizou, constitui assim importante contribuição para o estudo da evolução politica e social do Brasil, assim como de suas condições econômicas. Discordamos, sem dúvida, de alguns de seus pontos de vista, quando abandona o papel de biógrafo para transmitir, não raro com demasiada veemência, suas próprias ideias sobre os assuntos que focaliza; parece-nos que certas repetições poderiam ser omitidas, sem prejuizo da clareza do trabalho, e que a forma, talvez pelo calor da exposição, perde às vezes a limpidez que era de desejar. Mas “Um Parlamentar Paulista da República”, ao lado de suas grandes qualidades, representa, em última análise, uma reivindicação justa à memória de quem, havendo tanto trabalhado pelo Brasil, tão ausente andava das páginas de sua história.

GUILHERME DEVEZA.

*
* *
*

Um estrangeiro, para fazer a resenha deste livro, sente-se ao mesmo tempo em má e boa situação. Claro está que é o menos apto a julgar a contribuição da obra do Dr. Ellis Júnior para o conhecimento da história recente do Brasil e de S. Paulo; contenta-se em senti-la em face do acervo de documentos utilizados, e em parte publicados. Mas, exatamente por ser estrangeiro, e não especialista em história do Brasil, pode testemunhar o interesse enorme que tal obra apresenta para a história geral.

Em primeiro lugar por tratar-se de uma biografia. Os historiadores desconfiam algumas vezes das biografias, tal como os teólogos, mas estes por verem nelas a exaltação do homem e porque a história lhes parece mais ou menos herética. Entretanto "são os homens que fazem a história", como o proclama o título de uma Coleção alemã; e, mais precisamente, a "história do homem", que Lucien Febvre nos convida a elaborar, não pode existir sem um grande número de biografias.

Não há dúvida de que as biografias correm o risco de transformarem-se em romance, na falsa explicação psicológica. Mas a biografia romaneada resulta do mau conhecimento do biografado, ao qual o autor é obrigado a atribuir sentimentos mais ou menos arbitrários por não conhecer os que lhes eram realmente peculiares. Ora, esse não é o caso de um filho que descreve a vida de seu pai; nada de romance, afirmações apenas. Em tal matéria, que visa o conhecimento de um homem, todas as minúcias são úteis. É habitual ilustrar as biografias com retratos do personagem que objetivam. Nesta obra eles lá estão também, numerosos e vivos, a contribuir, na sua sucessão, para o conhecimento do Senador Ellis. Um pai de família não se define bem senão pelos seus descendentes, e o estrangeiro, mesmo o mais afastado, olhará com simpatia esses retratos de família, revendo, de alguma forma, a sua própria família. E mais, os amigos do Dr. Ellis Júnior (pode-se ser estrangeiro e pretender gozar dessa honra) sentem um prazer particular à vista do clichê que o mostra, criança ainda, entre seus dois irmãos.

A linhagem termina em genealogia. Na verdade dever-se-á agradecer muito ao autor a sua fidelidade a uma das mais úteis tradições da historiografia de seu país, a que fornece aos historiadores todos os recursos da *Genealogia Paulistana*, para não citar senão uma. Ai, também, para o leitor estrangeiro, cada linhagem é motivo de meditação. A abundância de filhos, as origens nacionais diversas (que se presente nos sobrenomes) e os traços biográficos marcados com alguma precisão, são motivo, para os que se comprazem com esses quadros evocadores, a um prazer muito semelhante ao que experimentam os amadores dos "romances de família", tais como os de Thomas Mann, por exemplo. Será indiscrição notar o quanto a referência a "soldado paulista de 1932" pode emocionar aos que conheceram outras lutas e outros devotamentos?

Os informes que o Dr. Ellis Júnior nos dá sobre a pessoa de seu pai não se limitam, entretanto; a apenas isso. Duas páginas finais são consagradas às referências antropométricas. E, por que há de o historiador espantar-se diante de semelhantes minúcias, ele que as procura desde que se trata de um passado mais ou menos distante, ele que, na vida de todos os dias, fornece suas impressões digitais a todas as polícias? Considerando que a França é a responsável por Gobineau, e que Gobineau encontrou no Brasil as mais lisongeiras demonstrações de interesse, eu me divirto ao pensar nas justificações que o diplomata racista teria encontrado, para a sua exaltação dos dolicocefalos louros, na história dum chefe tal como o foi o Senador Ellis. E isso não só nas páginas do livro, mas ainda nas fotografias que o ilustram. Suas origens e sua infância dão ao filho assunto para capítulos que ultrapassam a simples biografia. O estudo sobre os Ingêleses no Brasil, por melhor que haja sido feito por um outro autor, recebe aqui complementos dos mais úteis. Mas os Americanos aparecem também em uma vintena de páginas, que poderiam parecer uma digressão, mas que focalizam um assunto magnífico: a imigração sulista para o Brasil depois do revés de Lee. Curiosa história, que teve curiosíssimas repercussões religiosas: é para continuar a viver entre escravos ou, ao menos, para não ser acusado de um "escravismo" de princípio, que certo Reverendo sulista vem residir no Brasil, onde se dedica ardentemente à propagação protestante ao mesmo tempo que prepara uma brochura, a favor da escravidão, contra os seus colegas anti-escravistas, os pastores brasileiros.

Enfim, em torno dos homens, o país. Este país que, por evoluir, em conjunto tão rapidamente, precisa de coleta cuidadosa de todas as descrições a

respeito do que êle era e da vida que aí se levava em fins do último século. **Pará mim**, que guardarei de forma particular saudades de Rio Claro, de suas casas róseas, dos belos buxos aparados de seus jardins, de seus bosques e de sua incrível doçura, é muito grato poder aí situar a figura de Alfredo Ellis, fazendeiro e homem político desinteressado.

Saudades!... as do país, e também de uma época de boa vontade. O Dr. Ellis Júnior nã-la descreve em cada uma de suas páginas. E, por isso, o seu livro conseguirá enternecer o leitor de além-mar despertando-lhe o desejo de familiarizar-se, através de seus capítulos eloqüentes e luminosos, com a história social e política do Brasil, anterior aos maus exemplos europeus.

EMILE-G. LÉONARD.

SERIS (Homero). — **Manual da Bibliografia de la Literatura Española. Primeira Parte.** Centro de Estudios hispánicos. Syracuse University. Syracuse, N. Y., 1948, XLIX + 422 pp. 13x20.

Durante muitos annos o Centro de Estudos Históricas, de Madrid, era a Mecca dos hispanistas de todo o mundo. Esse Centro era o hemispherio humanistico da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas e era também a redacção da **Revista de Filología Española**, fundada por Menéndez Pidal, assistido por collaboradores da categoria de Americo Castro e Navarro Tomás. Uma das innovações da nova revista foi o seu excellenteserviço bibliographico. Uma repartição, com seu pessoal especializado, informava-se de toda a produção scientifica, directa e indirectamente respeitante á philologia tomada no seu mais amplo sentido, que no caso era o estudo integral da civilisação iberica. Facilmente se depreheñde qual fosse a vastidão de tal serviço bibliographico e qual a importancia que elle adquiriu para toda a pesquisa nesse campo. Não sómente, se organisava o inventario da producção scientifica e se classificava methodicamente, mas também se publicava periodicamente, decompondo todo o conteúdo das revistas especiaes. A iniciativa fez escola e, depois, todas as revistas que se derivaram da de Menéndez Pidal mantiveram essa prestimosa secção.

O director desse inesquecivel serviço bibliographico era o Dr. Homero Seris, que a todos captivou durante longos annos com a sollicitude devota da sua boa vontade. O seu immenso caudal de saber esteve sempre á disposição dos estudiosos. E quando as vicissitudes politicas de Hespanha determinaram o exodo de muitos dos seus homens de sciencia e de letras, e dos seus professores, Homero Seris aceitou a hospitalidade fidalga das universidades norteamericanas e pôde continuar na de Syracuse; Estado de New York, a sua tarefa de mais de trinta annos: organisar de máneira systematica o aspecto ou a base bibliographica da historia da litteratura hespanhola. Principia agora a publicar a sua grande obra, isto é, a pôr á disposição de todos o thesouro enorme que foi accumulando em dezenas de annos, de leituras e investigações por bibliothecas nacionaes e estrangeiras, publicas e particulares, e de leituras continuas de quanto em sua vida se publicou, se respeitava de perto ou de longe á cultura iberica.

E aqui temos, á vista, a **Primera Parte**, publicada pelo Centro de Estudos Hispánicos da sua Universidade. Primeira parte autonoma de um monumento de erudição que ha-de constar de sete partes independentes entre si, para circunscuição. Quer no plano, quer nessa liberação de cada uma das partes, o Prof. Homero Seris não deixou de alliar á sua própria experiencia a de outro mestre, o Prof. Gustave Lanson, com seu **Manuel Bibliographique de la Littérature Française Moderne**. Sómente, deu á sua obra um ambito chronologico

muito maior, a totalidade historica da civilização iberica. E esse ambito immenso contempla-se perfeitamente nesta **Primera Parte**, que abrange as obras geraes correspondentes a toda a cultura litteraria hispanica, desde as suas origens até á actualidade, sem excluir a litteratura do cinema, a da radio-transmissão e da televisão nascente. A **Segunda Parte**, já no prelo, respeita á lingua castelhana; a **Tercera Parte** confinar-se-ha na Edade Media ou seja aos seculos que vão das mais remotas origens até fim do seculo XV; a **Quarta Parte** é consagrada "a la primera edad de oro" ou aos séculos XVI e XVII; a **Quinta Parte** será reservada ao seculo XVIII; a **Sexta Parte** ao seculo XIX "La segunda edad de oro"; e a **Sétima Parte** ao seculo XIX, ao supplemento e ao indice alphabetico das sete partes ou sete volumes.

Como se vê, Homero Seris acata ainda a designação classica de "edad de oro" para significar epoca de esplendor, mas corrige a limitação implicita nessa designação com o reconhecimento da existencia de uma segunda edade de ouro.

Já discuti um pouco esta concepção do meu illustre amigo no capitulo inicial da parte que me coube escrever na **Perspectiva da Litteratura Portuguesa do seculo XIX**, Lisboa, 1947-1948, pags. 549-555. E' claro que essa sua concepção mixta em nada prejudica este monumento de saber, nem limita os seus prestimos. Quem a utilizar é que precisa de optar por esta ou aquella diirecção critica e historica. Homero Seris ministra apparatus de trabalho, mas não impõe ideas geraes. O que faz nesta preciosa **Primera Parte** é informar os leitores ou consulentes acérca do caracter e até da qualidade das especies que enumera. Todos sabem as perplexidades que nos criam a abundancia das grandes obras bibliographicas e tambem a decepção, que muitas vezes nos espera, quando nos deixamos guiar só pelos titulos e suas negaças. E' uma situação semelhante á do comprador de novidades de livraria só pela suggestão dos titulos. Em parenthesis quadrados, Seris dá-nos uma noticia precisa no seu laconismo technico acérca do conteúdo da obra. Isto significa uma grande abnegação, a de quem deseja bem servir, embora se empenhando num trabalho herculeo. E significa ainda que o auctor conheceu directamente, teve na mão e se inteirou do texto de todas as obras incontaveis que nos menciona e descreve. Não é uma bibliographia de segunda mão, como tantas ha, é um trabalho de base experimental, por isso vivo e perdurador. Podemos dizer que no seu **Manual** — um manual de sete volumes! — já se contém toda a historia da cultura iberica, nos seus mais variados aspectos, desde que delles restem vestigios escriptos. A realidade, tal como decorreu, está allí toda representada, só falta exercer sobre esse immenso acervo bibliographico a critica interpretativa. Quantas vezes se evitará, graças a Homero Seris, a repetição de coisas já ditas, discutidas, refutadas ou passadas em julgado! A falta de segura informação bibliographica ou de solido conhecimento do saber já constituido leva muitos amadores a redescobrir o Mar Mediterraneo... A importancia dada por Homero Seris ás colleções de revistas, algumas dellas de vida tão ephemera como as borboletas, mas muito mais raras do que estas, essa attenção concedida ás revistas, que derivam umas das outras, com seus embaraços e suas persistencias, os embaraços e as luctas da vida intellectual, sobretudo nos casos de prioridades audaciosas no campo do pensamento e da sciencia, está a offerrecer valiosa documentação para um estudo ainda não entendido, o da genealogia das revistas ou da sua inter-dependencia historica, filão profundo e authenticico da carreira das ideas. A idea das "familias espirituaes" deve-se alliar a da continuidade das revistas que serviram as varias gerações de taes familias, pois no seculo XIX, desde o desenvolvimento da imprensa periodica, as familias de espirito e as revistas mantêm certo parallelismo. Tal estudo viria mostrar que só são viveadoras as revistas que são órgãos necessarios de grupos familiares de espirito, ainda que privados de base economica, ao passo que revistas officiaes ou mantidas por aggremlações heteroclitas morrem, sem proliferar, ainda que hajam disposto de abundantes re-

ursos. A *Revista de Filologia Española*, em que iniciou as suas actividades e Prof. Homero Seris, e a *Revista de Historia*, para quem estou escrevendo esta resenha, são flagrantes exemplos do que affirmo. Nem é preciso sahir de casa para ordenar argumentos.

Como este *Manual*, com seu titulo modesto, é obra de auctor, que não é apenas um bibliographo profissional, mas é tambem um bom professor de historia litteraria, cada secção vae precedida de uma citação guiadora, algum conceito de critico illustre e experimentado, que illumina e esclarece toda a riqueza informativa alli offerecida. Por vezes a lapidar phrase escolhida para advertencia inicial revela um espirito de oportunidade e um sentido critico inexcelsivelmente certos. Poram tambem estas nobres qualidades do auctor que o lizeram incorrer no unico reparo que se lhe poderá fazer: preferindo dar-nos uma bibliographia mais seleccionada do que exhaustiva ou completa, haverá abandonado especies; e nem todos os especialistas concordarão com as exclusões. Mas são tantos os sectores novos que nos revela, tantos os horizontes ainda não devassados que nos rasga, que os proprios protestadores acharão no *Manual* plenas compensações.

Como instrumento de trabalho, o *Manual* tem de ser obra de cabeceira de todo o hispanista e todo o historiador da civilisação iberica, nos seus varios matizes, castelhano, português, gallaico, catalão, etc.. O que ha-de ser necessario é apprehender a sua topographia, para bem singrar em todas as direcções que elle comporta e lhe extrahir todos os recursos que offerece. E' uma obra eminentemente technica; necessita de estudo prévio ao seu manejo.

A preocupação de bem informar e aconselhar é tão grande que o auctor não hesitou em transcender os limites naturaes de toda a bibliographia e registrou tambem codices e manuscriptos avulsos e seus paradeiros, e assignalou os lugares, onde se guardam as obras raras, e ainda os claros não explorados pela pesquisa, assim suggerindo e promovendo investigações e theses universitarias.

Como aqui mesmo, em São Paulo, preferi em tempos algumas conferencias de encarecimento da importancia da bibliographia (V. *Aristarchos*, São Paulo, 1939 e Rio de Janeiro, 1941), e como iniciei a inventariação de bibliographia critica da litteratura portuguesa, logo cooperada atmbem por Mr. Aubrey Bell (V. *Crítica Litteraria como Ciencia e Portuguese Bibliography*), tinha o dever de chamar a attenção dos estudiosos paulistas para a obra deste illustre professor, que realisa insuperavelmente um velho sonho meu.

FIDELINO DE FIGUEIREDO.

COULONDRE (Robert). — *De Staline à Hitler (Souvenirs de deux Ambassades, 1936-1939)*. Paris. Hachette. 1950. 334 pp.

O livro do Embaixador Robert Coulondre, como éle diz, não é um compêndio de história nem um diário. E' uma peregrinação diplomática pelos lugares em que se forjaram os "fortes e perturbadores" acontecimentos históricos que preenchem os anos que vão de 1936 a 1939, aquêles mesmos anos que constituem, como que a experiencia inicial de outros tempos talvez não menos fortes e perturbadores que a segunda metade deste século ainda não pode reservar...

Indicado em outubro de 1936 para Embaixador de França em Moscou, o Snr. Robert Coulondre, com tacto próprio a um embaixador (embora, de vez em vez, repontem no seu livro algumas talvez propositadas indiscrições de so-menos) conta-nos o que viu na URSS e, depois de novembro de 1938, o que assistiu na Alemanha hitleriana. Relata-nos o A. também, com bastante graça

e finura, alguns traços de personalidades políticas francesas, tais como as de Léon Blum e Edouard Herriot.

As impressões do Embaixador Coulondre acêrca da Rússia, poderíamos talvez resumí-las numa frase sua: logo ao chegar à fronteira, durante as longas horas que ficou retido numa estação, à espera que lhe baldeassem a bagagem, não surpreendeu êle um só sorriso... Não pareceu risonha ao Embaixador, a pátria do socialismo! E' verdade que a êste propósito, *contou-me um amigo*, que o único jornal humorístico soviético tem um exquisiteso e sintomático título: **O Crocodilo...**

A narrativa do Embaixador Coulondre acêrca da vida e das cousas na URSS, não se afasta muito daquilo que outros já têm contado (Cf. Victor Serge, *Le Destin d'une Révolution*). Há, porém, no livro do Embaixador Coulondre, capitulos que fazem meditar, como por exemplo, o cap. VII, consagrado à obra econômica de Stalin, no qual o A. revela a imensa e importante tarefa realizada pelo chefe soviético. O colosso soviético não se apresenta, segundo o A., como muitos pensam, como um colosso de pés de barro. Ao contrário, a economia soviética repousa sôlidamente sôbre a terra cuja seiva nutre os seus músculos de aço. O "milagre russo", realizado pelo povo e pelos chefes da URSS, diz o Embaixador Coulondre, consiste precisamente na "grandeza dos seus designios e na firme vontade de realizá-los, apesar das inevitáveis dificuldades" (v. p. 94). Ao lado, porém, de tal esforço, há, como uma sombra negra do quadro, a amedrontar o mundo civilizado, a tenebrosa N.K.V.D., a sucessora da antiga Okrana dos tempos do Czar.

Transferido em 1938 para a embaixada de Berlim, — pois era ou é ainda da Alemanha, na opinião de um diplomata, que se pode melhor observar os movimentos políticos da Rússia — o Embaixador Coulondre descreve, na sua obra, tôda a formação da tragédia que Hitler iria preparar. Êste — nota-o muito bem o A., no capitulo final do seu livro — tornara-se mais prudente depois do **putsch** de Munique e resolve tentar a tomada do poder pelas vias legais... Talvez outros estejam a fazer a mesma cousa.

São interessantes as observações de A. sôbre a anexação da Austria. Como êle diz, os mais graves ferimentos recebidos pelos soldados alemães que entraram em Viena, foram aquêles que os ramalhetes de flores lhes causaram. Significativas são também as observações que apresenta sôbre a politica de Litvinof, sôbre a ingenuidade de Chamberlain e triste é a descrição que faz do drama da Tchecoslováquia. Por ter assistido à preparação da segunda guerra mundial, por ter sido testemunha de uma politica de tergiversações e de compromissos insustentáveis, oferece o Embaixador Coulondre ao leitor, larga soma de fatos, dignos da reflexão daquêles que se voltam, ansiosos sôbre o amanhã da história dos homens do nosso tempo. No capitulo final do seu trabalho, o A. esboça um retrato de Hitler e do destino trágico, da' Alemanha. Depois do caos de 1918, Hitler, agente da Reichswehr, soube hábilmente propor ao povo alemão, os temas de **regeneração** que falavam ao coração daquêle povo. O **slogan** do "apunhalamento pelas costas" ganhou terreno e conquistou as almas. As longas flâmulas que a propaganda de Hitler criou, elevavam e animavam as multidões. A grande bandeira vermelha atraia as massas e a cruz de braços quebrados, parecia um símbolo para aquêles que a tormenta abatera... (v. p. 321).

Em resumo: o livro do Emb. Coulondre encerra observações muito interessantes sôbre as vicissitudes históricas do nosso tempo.

BLOCH (Marc). — *L'Étrange Défaite*. Prefácio de G. Altman. Franc-Tireur ed. Paris. 1946. XIX — 194 pp.

O Prof. Lucien Febvre, no prefácio de *Le Métier d'Historien ou Apologie de l'Histoire*, trabalho póstumo de Marc Bloch, referia-se ao livro acima citado. Interessado em conhecer o testemunho do notável historiador dos *Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française* sobre a estranha derrota de sua pátria em 1940, mandamos buscar o livro indicado pelo Prof. Febvre e aqui resumidamente o anotamos para os leitores da *Revista de História*.

Como diz o Autor, o livro foi composto sob o sentimento de cólera. E, como é natural, padece desse defeito. No entanto, apesar da irritação com que foi escrito, o trabalho de Marc Bloch é — talvez por isso mesmo — digno de interesse. O Autor examina os graves acontecimentos pelos quais passou sua pátria, os erros tremendos cometidos pelos seus compatriotas, a começar desde os mais humildes até os responsáveis pela política e defesa do país. O exame que o ilustre historiador faz dessa *estranha derrota* — talvez menos estranha quando se lê o seu livro — é injusto, principalmente se atendermos aos próprios fatos sobre os quais se baseia a crítica do Autor. Compreende-se o seu sentimento de cólera, a sua irritação, o brio ofendido. Em virtude disso, compreensíveis são também os seus exageros... Mas o Autor, em certa altura do seu trabalho, tão rico de reflexões sobre o ofício de historiador, volta, por um momento, à serenidade do cientista, quando lembra as dificuldades da análise que o estudioso de história encontra e que, como ele diz, "para que pudesse ser ainda imperfeita, deveria remontar às ramificações causais, mais longinquas, mais complexas e que, na situação atual das ciências humanas, permanecem ainda bastante obscuras" (p. 145). Discipulo de Henri Pirenne, o Autor interessa-se, porém, pela vida — que é cheia de contradições — e que, nem sempre, se adapta facilmente aos esquemas que o espírito constrói... A história seria falsa se não levasse em conta também os sentimentos de cólera, que os fatos humanos, como os narrados pelo Autor, produzem nos homens que os viveram.

Noto indicar falhas, no descobrir responsabilidades — principalmente naquilo que se refere à defesa do país — e ao concluir, um pouco às pressas, sobre a incapacidade do comando da guerra, revela-se o Autor um pouco, talvez, daquela bem conhecida deformação profissional que costuma caracterizar os professores.

"Guerra mal conduzida — diz o Autor — e pior terminada". Mas ele mesmo indica as deficiências que explicam essa má condução da guerra e o desastre de 1940, como por exemplo, nas interessantes páginas em que examina a situação da aeronáutica francesa e o pedagismo do Estado Maior.

"De todos os esportes praticados pelo exército, diz o Autor, o esporte pedagógico é, com efeito, o que está mais em voga e, desde as teorias que se oferecem aos alunos-cabos até às sábias lições do C.H.E.M. (Centro de Altos Estudos Militares), o exército apresenta a imagem de uma imensa colmeia escolar. Como pertença também à corporação dos fazedores de cursos e não figuro, infelizmente, entre os mais jovens, posso afirmar que é necessário desconfiar um pouco dos velhos pedagogos"... (p. 134).

Tristíssimo depoimento sobre a incúria burocrática é o que nos fornece o Autor, quando nos conta o que se passou quando da retirada de Dunkerque. Citaremos o próprio texto: "Un admirable soir d'été déployait sur la mer ses prestiges. Le ciel d'or pur, le calme miroir des eaux, les fumées, noires et fauves, qui, s'échappant de la raffinerie en flammes, dessinaient, au-dessus de la côte basse, des arabesques si belles qu'on en oubliait la tragique origine; jusqu'au nom de conte hindou, enfin, inscrit à la poupe de notre bateau (*Royal-Dafodil* — La Jonquille du Roi); tout, dans l'atmosphère de ces premières minutes de voyage, semblait conspirer à rendre plus pleine l'égoïste et irrésistible joie d'un soldat échappé à la captivité. Ce fut ensuite, après notre débarque-

ment à Douvres, un trajet de toute la journée, en train, à travers l'Angleterre du sud. Il m'a laissé le souvenir d'une longue torpeur, coupée par un incohérent défilé de sensations et d'images, qui, pareilles aux épisodes d'un rêve, n'affleuraient à la conscience que pour sombrer aussitôt: plaisir de dévorer à belles dents les sandwiches ao jambon et au chester que nous tendaient, à travers la portière, des *girls* aux robes multicolores ou des clergymen aussi dignes que s'ils avaient distribué la communion; parfum légèrement sucré, des cigarettes, offertes avec la même profusion; acidité des limonades, fadeur du thé, chargé de trop de lait; douceur des gazons, paysages des parcs, flèches de cathédrales, haies et rochers de Devon; hourras des enfants groupés au passage à niveau. Devant tant d'attentions: **Ils sont vraiment bien gentils!**, disaient mes camarades. Vers le soir, nous nous réembarquâmes à Plymouth, pour jeter l'ancre, à l'aube, devant Cherbourg. Là, il fallut rester de longues heures en rade. **Vous comprenez**, disaient les officiers du paquebot, français cette fois, qui nous avaient transportées, **ces messieurs de la Préfecture maritime n'arrivent pas à leur bureau avant 9 heures**. Nous retrouvions, hélas! la France militaire de l'arrière" (pp. 40-41). O inimigo estava a 300 quilómetros, mas os funcionários só chegavam às nove horas..

Longe iríamos, nesta resenha, se quizéssemos anotar tôdas as interessantes observações de Marc Bloch. Retenhamos, principalmente, as reflexões que êle faz, de passagem, sobre problemas de educação e de história, como estas: "todo professor sabe que em pedagogia, o pior perigo é ensinar palavras em lugar de cousas" (p. 133). Ou estas: "A história é, essencialmente, ciência da mudança. Ela nos ensina que dois acontecimentos nunca se produzem de modo semelhante porque as condições nunca podem coincidir exatamente. A história reconhece, na evolução humana, elementos que embora não permanentes, são, no entanto, duráveis. Isto serve, aliás, para mostrar a variedade quase infinita de suas combinações... (...) De uma "civilização para outra, há certas repetições que não se realizam, ponto por ponto, mas nas suas grandes linhas". "As lições da história não afirmam o eterno recomeço. O historiador sabe que entre duas guerras, por exemplo, a estrutura social, as técnicas, a mentalidade sofrem transformações, metamorfoses e que, por isso, elas nunca serão a mesma guerra" (pp. 137/138). "E' certo, como ensinava Henri Pirenne, que o "historiador deve andar ligado à vida, ao presente. E' mister, porém, não desprezar o passado. O passado não regula inteiramente o presente mas, sem êle, o presente é ininteligível" (p. 172). Foi precisamente por desconhecer esta lição que a política francesa em relação ao Reno, depois de 1918, fundamentou-se numa imagem já ultrapassada da Europa.

As causas em história são sempre complexas, longinquas e, na situação atual das ciências humanas, ainda bastante obscuras... Obscuras e frágeis também são os juízos que se fundamentam na apreciação irritada dos fatos históricos. Daí talvez, — embora perfeitamente compreensível no momento e nas condições em que foi escrito, — a injustiça do libelo de *L'Étrange Défaite* de Marc Bloch. Não esqueçamos, porém, que o historiador pagou com a vida a parte de responsabilidade de erros de que, talvez, houvesse compartilhado na sua própria carreira... Não esqueçamos também que, no último parágrafo do seu livro, há uma terrível confissão: "Eu pertenço, diz Marc Bloch, a uma geração que possui má consciência"...

CRUZ COSTA. v

VARILLON (Pierre). — *Mers-El-Kébir*. Paris. Amiot-Dumont ed., 1949. 230 pp. Várias fotografias e documentos inéditos.

O livro de Pierre Varillon é a narrativa dos acontecimentos que levaram as esquadras inglesa e francesa a se defrontarem, no Mediterrâneo, logo depois

do armistício entre a França e a Alemanha, em 1940. O livro não parece isento de certo partidarismo e, talvez, dos melhores... No entanto, é uma contribuição razoável para o conhecimento da política naval — principalmente da Inglaterra — na última guerra.

CRUZ COSTA.

ABSHAGEN (Karl Heinz). — **Le Dossier Canaris.** Tradução francesa de Jean-Luc Belanger. Paris. Chavane. 1949. 281 pp.

O livro de Karl Heinz Abshagen estuda a curiosa e discutida figura do almirante Wilhem Canaris, chefe do serviço secreto (**Abwehr**) do exército alemão, na última guerra. O almirante Canaris, cuja biografia é cheia de lances interessantes, tomou parte no "complot" de 20 de julho de 1944; e, por isso, acabou na forca. O trabalho do Autor, assim como os livros de Ulrich von Hassé (**Uma outra Alemanha**), de Givessius (**Até o amargo fim**) e outros que têm aparecido recentemente, — é mais um interessante testemunho sobre o movimento de resistência anti-hitleriano e sobre a situação da Alemanha nos últimos anos do nazismo. O livro, que é rico de informações, merece a atenção daqueles que se interessam pela história política européia dos últimos anos do segundo quartel deste século.

CRUZ COSTA.

GILBERT (G. M.). — **Le Journal de Nuremberg.** Tradução francesa M. Vincent. Paris. Flammarion. 1948. 444 pp.

Este livro é a tradução francesa do **Nuremberg Diary**, escrito pelo psicólogo que acompanhou o discutido processo de Nuremberg. O A. relata os testemunhos e as conversas de alguns dos chefes do nacional-socialismo, como Goering, Frank, Rosenberg, von Schirach, Ribbentrop e outros, assim como dos chefes militares alemães da última guerra, tais como Keitel, Jodl, Doenitz, Reader, Rundstedt, — e o faz sempre com simplicidade, algumas vezes até, talvez, com ingenuidade. O trabalho do A. é de grande interesse para o historiador dos tristes acontecimentos do nosso tempo e, além disso, é documento tristemente revelador da trágica situação da Alemanha sob o domínio nazista. "Nos séculos vindouros — dizia o próprio Frank, "jurista" de Hitler e que, mais tarde, foi seu terrível delegado na Polónia — os homens não de perguntar como foram possíveis tais cousas! Crime é palavra doce demais para o que aconteceu na Alemanha. O que aconteceu foi alguma cousa que ultrapassa toda e qualquer imaginação. Foi a industrialização do assassinato" (p. 390). Extraímos da acusação de Sir Hartley Shawcross estes significativos trechos: "Sem gritos, sem prantos, eles despiram-se. Reuniram-se por grupos de famílias, abraçaram-se e despediram-se, para esperar um sinal de um outro SS que estava ao lado da fossa, armado também de chicote. Durante os 15 minutos que estive ao lado deles, não ouvi nem uma queixa, nem um apêlo de piedade. Observava uma família de 8 pessoas, um homem e uma mulher de cêrca de 50 anos, com os seus filhos de 8 e 10 anos de idade. Uma velha tinha nos braços uma criança de um ano e cantava-lhe uma canção. A criança ria de contentamento. O pai, segurava pela mão um menino de mais ou menos dez anos e falava-lhe docemente; o rapaz procurava não chorar. O pai mostra-lhe o céu e acariciava-lhe os cabelos, parecendo explicar-lhe alguma cousa"..... "Encontrei-me diante de uma enorme fossa. Aquela gente ali se comprimia e embora deitados todos uns sobre os outros, podia-se ainda ver as suas cabeças. Estavam quase todos ensanguentados. Algumas das

peessoas fuziladas mexiam-se. Outras levantavam os braços e moviam a cabeça para mostrar que ainda estavam vivas. A fossa já estava quase cheia. Procurei o homem encarregado de atirar. Era um SS. Estava sentado a beira da fossa. Tinha uma metralhadora sobre os joelhos e fumava um cigarro" (pp. 428/429).

Duas mil pessoas eram executadas diariamente nos fornos de gaz. Os seus dentes de ouro, os seus anéis, as suas armações de óculos eram enviadas para o Reichsbank! (p. 390).

Estarrecido, o leitor verifica, uma vez ainda, a que extremos de miséria e de dissolução moral pode conduzir a política totalitária! Os que se acreditam investidos da "missão" de chefes, julgam que são infalíveis e capazes de tudo. Foi isso que levou Hitler a pensar que era um grande chefe militar. Vejamos, porém, o que diz o General von Rundstedt, acerca do pretensioso gênio de estrategista do Führer. "Agarrai-vos ao terreno, dizia Hitler. Era fácil de dizer. Os nossos soldados aí se manteriam até encontrarem a morte ou a prisão. O mesmo aconteceu na pretensa contra-ofensiva Rundstedt. Um contra-ataque é cousa bonita, mas para isso, é preciso ter meios necessários. Com a nossa Luftwaffe esmagada, apenas podíamos nos deslocar à noite, enquanto Patton fazia rolar os seus tanques e assim penetrava, tanto à noite como durante o dia, nas nossas posições. Nossos efetivos estavam liquidados. Possuíamos homens velhos e esgotados que já não podiam bater-se e estrangeiros que desertavam. E Hitler a gritar sempre: **agarrai-vos ao terreno!** Em Bastogne, por exemplo. Mas era loucura! E era aquêl o homem que queria ser considerado como um grande general! Não possuía a menor noção de estratégia e só conhecia o bluff" (p. 378).

No triste diário de Nuremberg já aparecem negros indícios das questões que iriam, mais tarde, dividir os aliados e curiosas são as reflexões dos que estavam sendo julgados, como por exemplo, as que dizem respeito ao livro do antigo embaixador Bullitt. *The Great Globe Itself* (pp. 416/418).

O livro do Capitão Gilbert retrança um dos aspectos trágicos e angustiantes do nosso tempo. E' mister que a Humanidade saiba combater, com decisão, todos aquêles que, pela astúcia ou pela confusão, estejam dispostos a reeditar a ignomínia das diferentes formas de fascismos.

CRUZ COSTA.